


LUIZ HENRIQUE BENTO

PLANEJAMENTO E PARTICIPAÇÃO:
O CASO DA MICROBACIA
HIDROGRÁFICA DE CRUZ ALTA, MG.

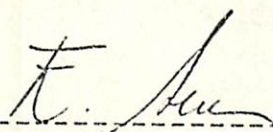
Dissertação apresentada à Escola Superior de Agricultura de Lavras, como parte das exigências do Curso de Pós-Graduação em Administração Rural, para obtenção do grau de "MESTRE".


ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA DE LAVRAS
LAVRAS - MINAS GERAIS

1993

PLANEJAMENTO E PARTICIPAÇÃO: O CASO DA MICROBACIA
HIDROGRÁFICA DE CRUZ ALTA, MG.

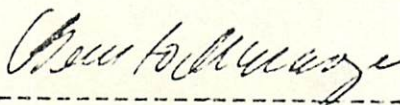
APROVADA:



PROF. DR. EDGARD ALENCAR
Orientador



PROF. MS. LUCIMAR LEÃO SILVEIRA



MS. BENITO MARANGON

"O que mais precisamos na vida é de alguém que nos leve a realizar o que podemos fazer. Nisso reside a função de um amigo."

DEDICO

Aos meus pais, Ruth e Bento.

Meus irmãos Marcia, Sérgio,
Jane, Luciana e Aline.

Aos meus amigos Jenner
Procópio de Alvarenga, esposa
e filhos.

AGRADECIMENTOS

À Escola Superior de Agricultura de Lavras (ESAL), à Coordenadoria de Pós-Graduação (CPG) e ao Departamento de Administração e Economia (DAE), pela possibilidade da realização do curso.

A Coordenação e Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior - CAPES, pela concessão da Bolsa de Pesquisa.

Ao Prof. Edgard Alencar, pelo diálogo constante, pela compreensão, pelo apoio e estímulo sempre demonstrado na orientação deste trabalho.

Aos Professores Jovino A. de Moura Filho e Lucimar Leão Silveira, pelo diálogo e empenho em todas as fases de elaboração deste trabalho.

Ao Extensionista e Mestre Benito Marangon, da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG), pelo diálogo e empenho em todas as fases de elaboração deste trabalho, principalmente na fase de coleta de dados.

Aos professores do curso de Mestrado em Administração Rural, pelos conhecimentos transmitidos.

Ao Escritório Regional e Local da EMATER de Pouso Alegre e aos membros da comunidade de Cruz Alta, pelo acesso às informações imprescindíveis para a realização da pesquisa.

Aos amigos e companheiros do curso de Mestrado em Administração: Alexandre, Arlindo, Cândido, Francisco, Giovanni, José Carlos, José Maria, Luiz Gonzaga, Luiz Vanderlei, Marco Antônio, Marcos Ramos, Paulo Roberto, Rodolfo, Sérgio, Ulisses e Vânia, pela agradável convivência e valiosas discussões teóricas.

Aos amigos de república: Alberto Luiz Teixeira, Mateus do Nascimento, Clovis Hoffman, Kleber Kama e Hélio, pela solidariedade e pelo construtivo convívio.

Aos amigos do Banco de Crédito Real de Minas Gerais José Roberto, José Sebastião, Darcy e Teodosio, pelo incentivo.

Às amigas Cecília Soares, Rosa Tereza, Lyria Chaves, pela solidariedade e motivação sempre demonstradas.

Aos funcionários do Departamento de Administração e Economia (DAE): Antônio, Laércio, Mariza, Maria José, Regina e Tadeu, além de Carlinhos e Fátima, da Administração e CPG respectivamente, pela colaboração.

A todas as pessoas que contribuíram para a realização deste trabalho.

BIOGRAFIA DO AUTOR

Luiz Henrique Bento, filho de José Bento e Ruth Batista Bento, nasceu em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, aos 20 dias do mês de dezembro de 1959.

Formou-se no curso Auxiliar Técnico em Administração pelo Colégio Anchieta de Belo Horizonte, em 1978.

Em 1981 ingressou no curso de graduação em Ciências Econômicas da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG).

Em 1988 ingressou no curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Administração Rural, na Escola Superior de Agricultura de Lavras (ESAL).

INDICE

1 -	INTRODUÇÃO.....	1
1.1 -	Planejamento e O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas: Breve Histórico.....	2
1.2 -	O Problema de Pesquisa.....	6
1.3 -	O Município de Pouso Alegre.....	6
1.4 -	Estrutura de Dissertação.....	9
2 -	MICROBACIAS E PROGRAMA EM MICROBACIAS.....	11
2.1 -	Introdução ao Conceito de Microbacia Hidrográfica.....	11
2.2 -	Antecedentes ao Programa de Microbacia.....	14
2.3 -	Programa de Microbacias Hidrográficas.....	19
2.3.1 -	Programa Mineiro de Microbacias Hidrográficas.....	23
3 -	PLANEJAMENTO E PARTICIPAÇÃO: REFERENCIAL TEÓRICO METODOLÓGICO.....	27
3.1 -	Conceito do Planejamento.....	27
3.2 -	Conceito da Participação.....	31
3.3 -	Planejamento Participativo.....	34
3.4 -	Referências para análise.....	40
3.4.1 -	O Quadro Conceitual.....	41

3.4.1.1 - O Nível Vertical.....	42
3.4.1.2 - O Nível Horizontal.....	49
3.4.1.3 - Síntese do Modelo Analítico.....	53
3.5 - A Pesquisa.....	55
3.5.1 - A Abordagem Metodológica.....	56
3.5.2 - A Literatura do Plano.....	57
3.5.3 - Levantamento de Campo.....	58
4 - COMUNIDADE DE CRUZ ALTA, ESTRUTURA FÍSICO - PRODUTIVA E MICROBACIA.....	62
4.1 - Os Proprietários.....	64
4.2 - As Propriedades.....	69
4.3 - As Culturas.....	72
4.3.1 - A Cultura do Morango.....	74
4.3.2 - Outras Culturas.....	76
4.3.3 - Impactos das Culturas Sobre os Recursos Naturais.....	78
4.4 - Programa Municipal de Microbacias do Córrego da Estiva.....	81
4.4.1 - O Programa e os Órgãos Envolvidos.....	83
5 - ESTRATÉGIAS UTILIZADAS NO PROGRAMA MUNICIPAL DE MICROBACIAS E NAS OBRAS COMUNITÁRIAS.....	86
5.1 - Estratégia de Participação no Programa Municipal de Microbacias.....	87

5.1.1 - O Problema.....	87
5.1.2 - A Definição dos Objetivos e Meios.....	90
5.1.3 - Os Resultados.....	93
5.1.4 - A Avaliação.....	95
5.1.5 - As Conclusões Sobre a Estratégia de Ação no Programa Municipal de Microbacias.....	101
5.2 - Estratégia de Participação nas Obras Comunitárias	104
5.2.1 - Histórico.....	104
5.2.2 - Análise das Obras.....	107
5.2.3 - O Centro Social.....	108
5.2.4 - O Posto de Saúde.....	111
5.2.5 - Conclusões Sobre a Estratégia de Ação: As Obras Comunitárias.....	117
5.3 - Comparações Entre As Estratégias de Ação no Programa e na Comunidade.....	121
6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124
7 - RESUMO.....	127
8 - SUMMARY.....	129
9 - NOTAS.....	131
10- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	134

LISTA DE QUADROS

1	- Distribuição da produção agropecuária do município de Pouso Alegre, 1988.....	8
2	- Culturas desenvolvidas em Pouso Alegre, 1990.....	9
3	- Cronograma de implantação de projetos de Microbacia.....	26
4	- Características gerais das unidades de produção da comunidade de Cruz Alta, 1970.....	68
5	- Caracterização da população da comunidade de Cruz Alta segundo a faixa etária, sexo e local de residência, 1985.....	69
6	- Características topográficas do município de Pouso Alegre e da comunidade de Cruz Alta.....	70
7	- Estrutura fundiária da comunidade de Cruz Alta, 1988.	71
8	- Distribuição das culturas, conforme as categorias....	73
9	- Área cultivada, produção total e produção média, Cruz Alta, 1985-1990.....	76

LISTA DE FIGURAS

- 1 - Mapa de localização da cidade de Pouso Alegre,
no estado de Minas Gerais..... 7
- 2 - Fluxograma do Programa Nacional de Microbacias
Hidrográficas..... 21
- 3 - Esquema básico do processo de planejamento..... 29
- 4 - Quadro de análise - Níveis de Interação..... 45
- 5 - Componentes da estratégia de ação..... 53
- 6 - Modelo de estratégia de ação..... 54
- 7 - Mapa de localização da comunidade de Cruz Alta
em relação à cidade de Pouso Alegre..... 63
- 8 - Ciclo das culturas na comunidade de Cruz Alta-MG..... 77
- 9 - Estratégia de ação: PMMH.....103
- 10 - Estratégia de ação: o centro social.....119
- 11 - Estratégia de ação: o posto de saúde.....119
- 12 - Combinação das estratégias: o centro social
com o posto de saúde.....120
- 13 - Comparações entre as estratégias de ação no
Programa e na Comunidade.....122

1 - INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem por objetivo estudar o desenvolvimento da prática associativa fundamentada na metodologia de Planejamento Participativo, proposta no Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH).

Para a realização desta pesquisa, processou-se a escolha de uma área abrangida pelo PEMH, sendo que, após diversas consultas, a escolha recaiu sobre a microbacia Córrego da Estiva, situada na comunidade de Cruz Alta, município de Pouso Alegre - Minas Gerais.

Observou-se que, embora seja recente a utilização deste tipo de metodologia, as ações de cunho participativo postas em prática por diversos órgãos públicos junto à comunidade de Cruz Alta, datam dos primeiros anos da década de 1970. Esta forma de intervenção objetivava contornar e/ou solucionar problemas vivenciados por agricultores e seus familiares, residentes não apenas no perímetro da microbacia, mas por toda a comunidade. Antes da implantação do Programa Municipal de Microbacias Hidrográficas, a comunidade já possuía um relativo

desenvolvimento nas estruturas social e econômica. Assim, tendo o Planejamento Participativo como o centro das análises, optou-se pela subdivisão deste estudo em duas partes ou fases. A primeira refere-se às ações que antecedem ao Programa de Microbacia e suas influências sobre este Programa. A segunda fase refere-se às ações propriamente do PEMH.

1.1 Planejamento e O Programa Estadual de Microbacias: um breve histórico.

O planejamento nas últimas quatro décadas tem sido um importante instrumento que a administração pública se utiliza sendo que no contexto brasileiro, este pode ser entendido em três fases. A primeira compreende o período de 1950/64, quando o planejamento foi caracterizado como normativo, porém incorporando as críticas e influências da sociedade civil pelo Estado. Tal característica decorre do cunho populista dos governos até então existentes. Destaca-se, nesta, fase o Plano de Metas (1956/60) que representou um conjunto de políticas que modificaram substancialmente a estrutura produtiva e social brasileira¹. O segundo momento refere-se ao período pós 1964, caracterizado pela ascensão de um governo militar autoritário. Nesse período, as políticas de desenvolvimento são definidas pelo Estado a nível federal, com um mínimo de participação da sociedade civil brasileira nessas decisões. O planejamento, nesse contexto, é caracterizado pelo tipo normativo e descendente.

As consequências deste segundo momento foram evidenciadas nas diversas áreas, do planejamento. HADDAD (1978), analisando estudos desenvolvidos por Boiser (1971), observa que houve um esvaziamento dos estados e municípios, enquanto planejadores de políticas públicas, devido ao fortalecimento do Governo Federal. Este processo foi caracterizado pela elaboração e implementação de planos globais a nível federal o que acarretaram, na prática, sobre os planos estaduais os seguintes resultados: a) o planejamento centralizado a nível federal geralmente tendia a desconhecer as diferenças funcionais e estruturais entre as regiões e, ao ser colocado para o Estado, este tornaram-se um simples executor do planejamento formulado a nível federal; b) com isto, o planejamento estadual era executado em condições de grande heterogeneidade metodológica, uma vez que este trabalhava com dois tipos de problemas (problemas estaduais de interesse nacional e problemas estaduais de interesse estadual); c) assim, os objetivos e metas dos planos globais podiam ser comprometidos entre si, uma vez que a metodologia centralizadora contida nessa forma de planejamento, não observava as características e particularidades de cada Estado e região, gerando, deste modo, uma inconsistência vertical (nível federal - nível estadual) e horizontal (entre estados) e mais, dada estas inconsistências, elas se resolviam, na prática, em favor dos estados ou regiões política ou economicamente mais fortes.

De forma sucinta, HADDAD (1978) apresenta as disfuncionalidades existentes no planejamento centralizado, a

nível federal, ao mesmo tempo que propõe mecanismos que aumentam a autonomia das diversas regiões e dos Estados.

O Governo Geisel (1975/79) inicia a terceira fase, representada por uma abertura gradativa do poder público para a sociedade civil, culminando, em 1985, com a transferência da Presidência do País a um presidente civil, após 22 anos de exercício do cargo por militares. É importante observar que esta mudança representa, na prática, o reconhecimento da exaustão do modelo de desenvolvimento e planejamento centralizado. Em Minas Gerais é realizado, nessa fase, o III^o Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social (1979/83). Estudos realizados para a elaboração desse Plano constataram que o Estado de Minas Gerais e parte considerável da população, particularmente os pequenos produtores rurais apresentavam-se em condições de pobreza e escassez de recursos. Identificaram-se, também, dois pontos de estrangulamento, que tendiam a perpetuar tal situação:

- a) a escassez de recursos para mobilizar, no curto prazo, tecnologias avançadas no combate à estagnação econômica;
- b) A preponderância, até então, de um planejamento governamental que, devido à não mobilização de agências privadas e comunidades, à falta de uma política capaz de criar canais de participação comunitária, se mostrava incapaz de incorporar os segmentos da sociedade até então colocados à margem do desenvolvimento econômico.

Partindo dessas constatações, o Estado de Minas Gerais lançou a proposta de um planejamento calcado em amplos canais de participação entre o poder público, comunidades e terceiros, denominado como planejamento participativo - por exemplo, Programa Estadual de Promoção de Pequenos Produtores Rurais (MG-II), Programa de Desenvolvimento Rural Integrado para o Vale do Gortuba (PDRI -Gortuba), Programa Estadual de Centros Intermediários, Programa de Desenvolvimento de Comunidades (PRODECOM) - onde o nível de participação variava conforme os objetivos de cada programa².

O PEMH-MG apresentava-se como um campo de grande importância para este tipo de planejamento, uma vez que a natureza deste Programa requer práticas eminentemente participativas. De modo geral, dentro de uma microbacia existem várias propriedades e o sucesso das técnicas de manejo integrado dos recursos hídricos e do solo não pode prescindir do envolvimento de todos os seus proprietários.

Frente a esta situação, O Estado procurou desenvolver ações de intervenção que se fundamentaram em uma perspectiva sistêmica, que: (a) propiciassem o melhor modo de utilização dos recursos hídricos e do solo por todos os produtores; (b) fortalecessem o associativismo; (c) conscientizassem os membros da comunidade da necessidade de se envolverem na solução dos seus problemas; e (d) reduzissem os custos financeiros, por parte do Estado, na construção de obras. Essas ações de intervenção se corporificaram no planejamento participativo, (MINAS GERAIS, 1988).

1.2 O Problema de Pesquisa

O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais (PEMH-MG) é o foro neste estudo para analisar a forma de intervenção denominada planejamento participativo, tendo em vista as orientações fundamentais deste programa: a) procurar priorizar a média e, principalmente, a pequena produção; b) preconizar a descentralização administrativa das decisões; c) objetivar o aumento da produção e da produtividade, além de buscar a auto suficiência de produtos básicos a nível da localidade.

No entanto, a prática do planejamento participativo é relativamente recente e os poucos programas que experimentaram esta forma de intervenção ainda não foram, até este momento, avaliados³. Assim, levantam, neste estudo, duas questões norteadoras para a avaliação deste tipo de planejamento no PEMH-MG. A primeira questão refere-se à possibilidade de compatibilizar os interesses de segmentos sociais heterogêneos que, por ventura, existam na microbacia e comunidade. A segunda questão refere-se à "possibilidade de dar tratamento participativo a um Programa institucional que vem com metas, cronogramas e delimitação geográfica estabelecidas a priori".

1.3 O município de Pouso Alegre

O município de Pouso Alegre localiza-se na microregião do Planalto Mineiro, Região Sul do Estado de Minas Gerais (Figura 1), a 22°:23 de latitude Sul e 45°57' de longitude WGR, com uma altitude média de 1000 metros, possuindo uma área total

de 541 km², estando a 370 km de Belo Horizonte-MG e 190 km da cidade de São Paulo - SP, sendo interligado a estas capitais pela rodovia Fernão Dias, BR 381. O relevo é constituído em quase sua totalidade (90%) por áreas planas e onduladas.



FIGURA 1: Mapa de localização da cidade de Pouso Alegre no estado de Minas Gerais.

A população do município segundo o censo de 1980, era de 57.364 habitantes, distribuída em 50.813 habitantes residentes na área urbana e 6.551 moradores em área rural (IBGE, 1982). Em 1988, levantamento efetuado pela Prefeitura Municipal, apresentou em 100.000 habitantes, concentrando 90% (90.000) em áreas urbanas e 10% (10.000 hab.) no meio rural.

O município possui os seguintes mananciais: rios Sapucaí, Sapucaí Mirim, Itaim, Mandu e Cervo, além dos ribeirões Pantano, da Morte e Cristal.

Além da atividade industrial, a atividade agropecuária é forte. Segundo levantamento da Superintendência Agropecuária-SUPAGRO/Secretaria de Agricultura, a cobertura vegetal região está assim distribuída. (Quadro 1).

QUADRO 1: Distribuição da Produção Agropecuária

	área (ha)	Porcentagem
Pecuária - Pastagens: Natural	25.270	90,6%
cultivada	259	9,4%
Agricultura-culturas: Permanente/Perene	629	8,4%
Temporária/anual	6.252	84,4%
Em descanso	522	7,2%
Outras Utilizações: Matas/Flor.Naturais	2.274	12,0%
Matas/Flor.Artific.	800	4,0%
Áreas Prod. não util.	760	4,0%
Outras Áreas	15.368	80,0%

FONTE: SEAPA-SUPAGRO 1988.

Quanto às principais culturas anuais e permanentes desenvolvidas no município, em 1990, destacou-se em termos de

área cultivada, feijão, arroz, milho, batata, mandioca, café, morango entre outras (Quadro 2)

QUADRO 02 : Culturas desenvolvidas em Pouso Alegre.

Produtos	Área	Produtos	Área
alho	90 ha	mandioca	500 ha
tomate	6 ha	feijão	3.150 ha
morango	140 ha	arroz	2.460 ha
banana	37 ha	milho	2.100 ha
cafe	182 ha	batata	500 ha

FONTE: ESCRITÓRIO LOCAL EMATER DE POUSO ALEGRE, 1990

A conjugação da atividade industrial, com a atividade agropecuária confere à cidade de Pouso Alegre a condição de centro regional no Estado.

1.4 Estrutura da Dissertação

Além deste capítulo, Introdução, esta dissertação possui outros cinco capítulos. No próximo capítulo, capítulo 2, discute-se o conceito de microbacia, o Programa Nacional de Microbacia Hidrográfica e o Programa Mineiro de Microbracia.

O terceiro capítulo "Referencial Teórico-Metodológico", apresenta os conceitos teóricos, suas definições e importância. A partir destes, é elaborado um modelo metodológico de análise. Neste capítulo são também descritas as fases dessa pesquisa e as técnicas empregadas na coleta de informações.

O levantamento da estrutura físico-produtiva e social existente na comunidade e na microbacia corresponde ao quarto capítulo "Comunidade de cruz Alta, Estrutura Produtiva e

Microbacia". Além de descrever a história da comunidade e suas características, são abordados os motivos da necessidade de técnicas de manuseio em microbacia na região, bem como a implantação do Programa Municipal de Microbacias Hidrográficas.

O capítulo IV apresenta a análise dos níveis da interação entre agricultores e extencionistas nas ações desenvolvidas. A Operacionalização compreende as seguintes estratégias:

- obras executadas na comunidade e sua importância na visão dos agricultores;
- obras executadas na microbacia e sua importância na visão de agricultores e extencionistas;
- comparação das interações entre obras.

As análises realizadas neste segmento corresponderão ao capítulo quinto "A Análise dos Dados". Finalizando, o capítulo sexto, com as "Considerações Finais".

2. MICROBACIAS E PROGRAMAS EM MICROBACIAS HIDROGRÁFICAS

2.1 Introdução ao Conceito de Microbacia Hidrográfica.

Microbacia Hidrográfica pode ser conceituada como uma área drenada por um curso d'água ou sistema de cursos d'água conectados, que convergem para um leito ou espelho d'água. Esta área constitui uma unidade ideal para o planejamento do manejo integrado dos recursos naturais, constituindo portanto, a base geográfica para o desenvolvimento de planos e ações de ocupação do espaço físico, bem como para múltiplas atividades necessárias ao desenvolvimento sócio-econômico. (BRASIL, 1983 E 1987).

Geralmente as microbacias são delimitadas por uma linha divisória denominada divisor d'água. A água das chuvas, a partir deste ponto, se dirige para o curso d'água, podendo infiltrar-se, alimentando o lençol freático, reaparecendo em pontos mais baixos, ou escoar, superficialmente, arrastando solos, danificando propriedades, provocando enchentes, assoreamento,

poluição dos mananciais e a deterioração da vida aquática. Este segundo processo tende a ocorrer em regiões onde existem atividades agrícolas, industriais, mineradoras, de lazer e habitacionais. (BRASIL, 1983 e 1987).

No Brasil as técnicas de manejo integrado em microbacias são relativamente recentes⁴. Neste trabalho, através de consultas documentais e entrevistas, foram obtidas duas versões quanto à origem das primeiras ações no Brasil. A primeira versão refere-se a um projeto da pela Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado do Paraná, a pedido da Cooperativa Agrícola Moraense (COAMO), em 1979, devido aos constantes prejuízos sofridos por seus associados com as chuvas que provocavam voçorocas, bloqueio das estradas vicinais, perda da fertilidade do solo nas partes mais altas e redução da área de cultivo.

Ao utilizar as técnicas de manejo integrado do solo que consistem na retenção da água na propriedade, através da infiltração e do uso de práticas apropriadas de cultivo (mesmo que tais práticas acarretassem na retirada das cercas existentes nas divisas da propriedade), foram criadas condições para o melhor aproveitamento do solo. Estas práticas de manejo propiciaram o aumento da área cultivada, possibilitando o aumento da produção na área de ação da Cooperativa (COAMO). Em decorrências do sucesso dessa experiência, as técnicas aí utilizadas foram difundidas para outras regiões agrícolas que enfrentavam problemas semelhantes.

A segunda versão foi obtida através de entrevistas com membros que compuseram as equipes de instituições de pesquisa,

ensino, extensão e de órgãos públicos relacionados ao meio rural nos últimos 50 anos. Esta versão relata que os primeiros trabalhos tiveram início em 1950 no estado de Minas Gerais. Segundo estes membros, o modelo brasileiro tem a sua origem nos trabalhos desenvolvidos em 1933, nos Estados Unidos. A experiência norte americana fundamentou-se na recuperação de áreas de sete estados ⁵ que compunham a bacia hidrográfica do rio Tennessee através do programa "Tennessee Valley Authority (TVA)" que objetivava o controle e a utilização múltipla das águas, com a finalidade de aproveitar eficientemente este recurso, na geração de energia hidrelétrica, em redes de navegação fluvial, na reabilitação do solo e da agropecuária em bases conservacionistas e na iniciativa privada da localidade. A TVA representou a soma de esforços entre as áreas de engenharia, biologia, educação e saúde que, ao se unirem, formavam equipes multidisciplinares para um trabalho integrado.

No Brasil, o modelo fundamentou suas metas em práticas conservacionistas através da exploração racional das atividades agropecuárias, com a utilização de curvas de nível no cultivo, de análises da capacidade do solo e das bacias, além de drenagens de áreas inundadas. É nesse contexto que surge o conceito de desenvolvimento agrícola baseado em "retirar a cerca" das propriedades.

Em 1958 aparece uma das primeiras experiências concretas, desenvolvidas pela Companhia de Armazéns de Minas Gerais (CAMIG), com a criação de 08 bacias hidrográficas. Essas experiência foi pouco efetiva, devido ao desinteresse das

entidades públicas e privada.

Na década de 60, foram criadas pela Secretaria de Agricultura de Minas Gerais duas áreas para o desenvolvimento de microbacias próximas à cidade de Belo Horizonte, nas regiões de Ribeirão das Areias, município de Pedro Leopoldo e Vale do Palmital, município de Esmeralda, sendo que os resultados dessas bacias foram semelhantes aos resultados obtidos pela CAMIG. Apesar do insucesso dessas experiências elas possibilitaram, segundo alguns entrevistados, a difusão das noções e idéias sobre o aproveitamento racional de bacias hidrográficas para outras regiões e estados.

2.2 Antecedentes ao Programa de Microbacia.

Nas últimas décadas, o desenvolvimento urbano rural ocorrido no Brasil em muito intensificou a utilização dos recursos naturais, notadamente os recursos do solo e hídricos. As indústrias e os centros urbanos cada vez maiores, que ao demandarem água para fins diversos, têm nos rios e córregos pontos de descarga de seus detritos. Por outro lado, o desenvolvimento das áreas próximas às nascentes de rios e córregos resulta na quebra do equilíbrio do ecossistema em nome da expansão urbana e agrícola. Paralelamente ao processo de degradação do ambiente no meio urbano, o desenvolvimento agropecuário, na medida em que se integra e demanda insumos industriais, como fertilizantes, adubos e defensivos, tem comprometido os recursos hídricos, do solo, da fauna e da flora

no meio rural. Por outro lado, dentre os planos e programas de caráter conservacionista e de exploração racional do ambiente enfatizam-se, notadamente, aqueles que visam a exploração racional do solo e da água.

Ao nível das ações da administração pública foram criados programas que visavam a conservação do solo e da água. Em 1975 é criado, pelo decreto nº 76470 o "Programa Nacional de Conservação do Solo" (PNCS), com a finalidade de promover em todo território nacional a adoção de práticas de conservação, manutenção e melhoramento da capacidade produtiva do solo.

Quanto ao aproveitamento racional da água, em 1984 o "Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE)" apresentou os primeiros esboços do sistema nacional de recursos hídricos, que foi o embrião do "Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH)", criado em 1985, pelo Ministério das Minas e Energia.

Embora esses programas apresentassem uma clara preocupação com a conservação e o manuseio dos recursos da água e do solo, não representavam a simultaneidade de ações em conjunto para o solo e a água. Assim os estudos tendem a discorrer sobre o aproveitamento das águas ou dos solos. YASSUDA (1989) ao discorrer sobre o gerenciamento dos recursos hídricos, apresenta, paralelamente, ações e programas a nível institucional.

Na visão de YASSUDA (1989), as ações institucionais que visam a gestão racional da água ⁶ nem sempre conseguem a sua efetiva realização, subdividindo a história da administração pública em três fases cronologicamente definidas.

A primeira e a mais antiga é definida por YASSUDA (1989), como a fase burocrática. O objetivo principal desta fase era a cobrança, por parte do Estado, do cumprimento da lei então existente, gerando, desta forma, uma vasta quantidade de normas, decretos, portarias e de outros instrumentos jurídicos que procuravam disciplinar a utilização dos recursos hídricos, ao mesmo tempo delegando às entidades públicas o papel de aprovar, regular e fiscalizar as ações quanto ao uso destes recursos. YASSUDA (1989) aponta como consequência deste período, o sério comprometimento dos recursos naturais, devido à ineficiência das autoridades públicas, preponderando uma visão fragmentária dos problemas, e o distanciamento da realidade física e sócio-econômico das áreas atingidas. Entende, ainda, Yassuda, que a utilização destes mecanismos seria válida na sociedade brasileira de 1930, quando a pressão das intervenções humanas (industrial e agrícola) eram inferiores à capacidade auto-regenerativa dos rios, córregos e outros recursos naturais.

A segunda fase é definida como a fase econômico-financeira por se basear na "utilização predominante de instrumentos econômicos e financeiros para induzir ou mesmo forçar a obediência às normas e disposições legais em vigor" (YASSUDA, 1989, P.48).

Ao analisar esta fase, YASSUDA (1989) cita algumas consequências sobre as bacias hidrográficas quanto ao uso dos instrumentos econômicos e financeiros. Duas afetaram as microbacias hidrográficas. A primeira refere-se à concessão

indiscriminada de subsídios e incentivos com o propósito de proteger a fauna e a flora, que resultava no efeito inverso, uma vez que muitos dos usuários das águas como as empresas hidrelétricas, tendiam a substituir racionalmente a fauna e a flora original por espécies estranhas ao ambiente inicial, comprometendo assim o equilíbrio do meio. A segunda consequência refere-se à opção por um rápido desenvolvimento, quando se observou que vários planos e programas municipais, estaduais e federais assumiam uma posição imediatista. Neste caso os planos ao darem prioridade a determinados interesses econômicos e sociais notadamente das áreas de construção civil, da indústria e da agricultura, comprometiam irreversivelmente os recursos hídricos ao desconsiderarem os critérios técnico-científicos.

YASSUDA (1989) conclui que a estratégia optada nesta fase (econômico-financeira) além de ineficaz era também danosa ao meio ambiente e, a médio e longo prazo, a sociedade não conseguia impedir que o crescimento de uma cidade ou região acarretasse o seu inchaço, com repercussões altamente danosas para os recursos hídricos da circunvizinhança, o que mostra a ineficácia dessa estratégia no Brasil.

A terceira fase é denominada a fase de integração participativa e corresponde ao momento atual, representando o "estágio institucional das organizações modernas" para gestão dos recursos hídricos, fazendo parte do desenvolvimento da administração pública, com o objetivo de ajustá-la às necessidades e à demanda de uma sociedade dinâmica⁷.

Esta fase reúne e aproveita os pontos positivos das

fases anteriores, acrescida de um maior aperfeiçoamento da administração pública. Ela pode ser entendida sob três pontos.

O primeiro seria uma ênfase maior ao planejamento estratégico regional e à programação executiva. Assim, cria-se o delineamento de um cenário de possibilidades para o futuro, onde os instrumentos e mecanismos procuram ajustar-se e serem dinâmicos quanto à evolução destes cenários. Como consequência, verifica-se a introdução da previsibilidade das ações e dos papéis dos agentes envolvidos, além da incorporação do conceito de bacia hidrográfica como unidade geográfica para o planejamento das ações.

O segundo ponto, decorrência do primeiro, incorpora-se à discussão, com a deliberação multilateral e descentralizada entre os diversos usuários das águas das bacias hidrográficas e autoridades governamentais. É garantida também a participação a terceiros que, direta ou indiretamente, possuam interesses quanto à utilização deste recurso.

O terceiro ponto é o aperfeiçoamento da cobrança direta aos usuários da bacia hidrográfica, que agora assumem o papel de co-responsáveis pelos custos e pela garantia da continuidade qualitativa e quantitativa dos recursos hídricos. Este ponto corresponde ao período da integração participativa representada pela criação e gestão do Programa nacional de Microbacias, haja vista a inserção do conceito de bacia hidrográfica como unidade ideal para intervenção pública.

2.3 Programa de Microbacias Hidrográficas

O Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas foi criado pelo decreto número 94.076, de 05 de março de 1987. A origem deste Programa está na extinção do Programa Nacional de Conservação do Solo, com a respectiva incorporação de todo o seu acervo e trabalhos desenvolvidos. Ocorre também a absorção de outros trabalhos orientados para os recursos hídricos⁸, de forma que o Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas assume uma concepção de desenvolvimento e planejamento integrados quanto à proteção, aproveitamento e recuperação dos recursos naturais, notadamente das áreas agrícolas vizinhas aos meios urbanos.

Posterior à criação do Programa Nacional, houve o desdobramento destes programas ao nível estadual e municipal, sendo que estes se relacionam e formam um conjunto de instrumentos de natureza sistêmica, onde são definidos os papéis a serem desempenhados em cada um desses níveis (Figura 2).

Partindo da concepção de um desenvolvimento rural integrado, estes programas buscam viabilizar a ocupação racional do espaço e, através dela, promover a auto-sustentação da produção agro-silvo-pastoril, a elevação dos níveis de renda e das condições de vida da população rural. Estes objetivos, de caráter geral, são desdobrados em objetivos de natureza mais específica:

- a) incentivar o aumento da produção e da produtividade agro-silvo-pastoril;
- b) estimular a organização associativa de produtores

rurais;

- c) fixar a mão-de-obra no campo;
- d) promover ações comunitárias visando a obtenção de benefícios nas áreas de produção, comercialização, saúde, educação, transporte e comunicação.

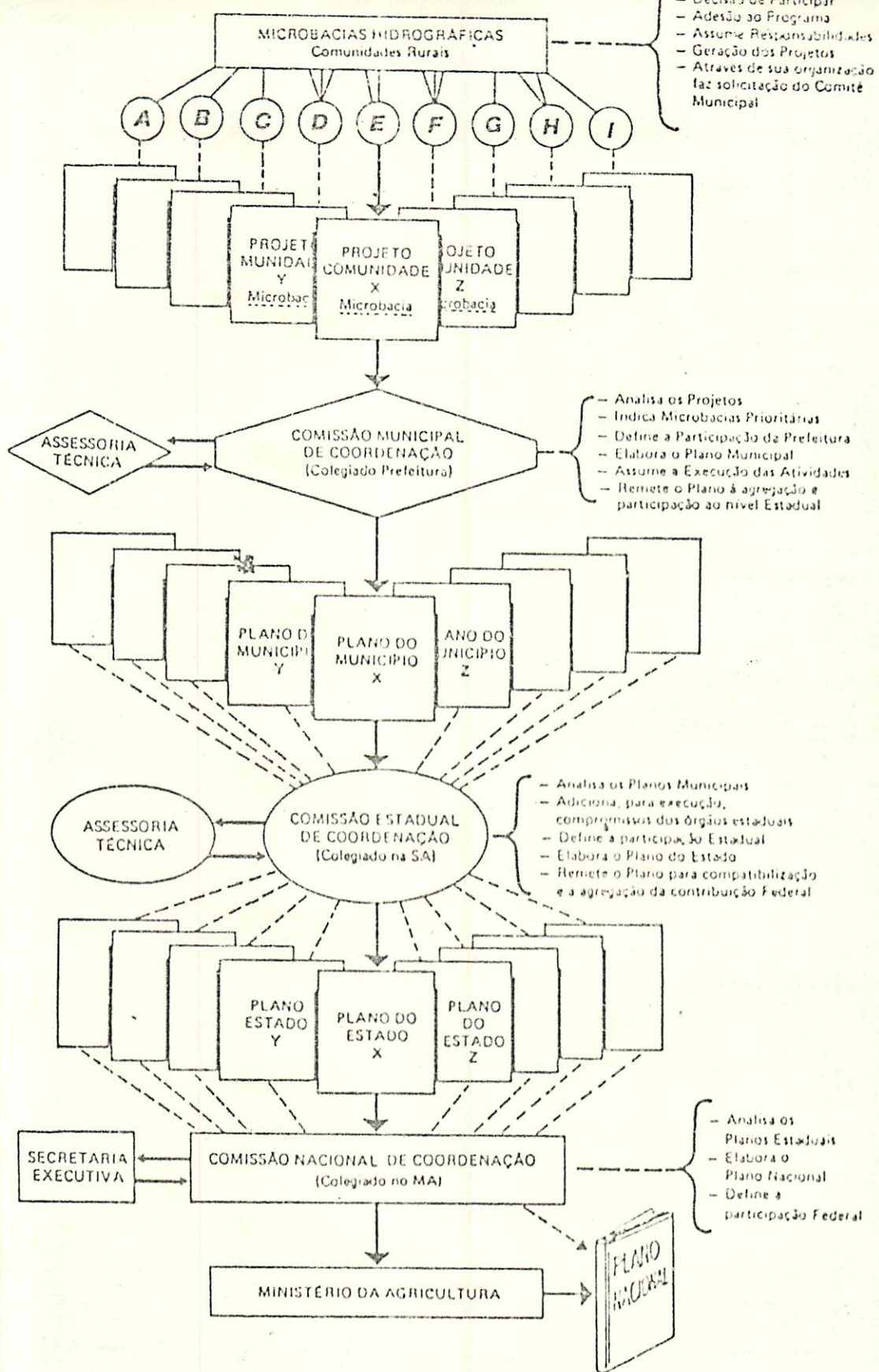


FIGURA 2 Fluxograma do Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas.
Fonte: BRASIL, 1987, p.45.

As diretrizes que norteiam a concepção de desenvolvimento rural integrado podem ser assim esquematizadas:

- a) **descentralização** - confere às autoridades municipais papel decisório na execução deste programa, através da decisão e elaboração das estratégias de atuação. Assim, as estruturas dos serviços de extensão a nível municipal são fortalecidas para a prática do planejamento e da execução do trabalho de microbacias;
- b) **ênfase à participação de pequenos produtores rurais** - desde a identificação dos problemas críticos à execução e posterior avaliação do plano preconizado, incentivando as organizações associativas, cooperativas ou condomínios.

A definição e elaboração do Programa de Microbacias Hidrográficas em seus três níveis de atuação são responsabilidades das comissões nacional, estadual e municipal. À Comissão Nacional de Coordenação, compete a análise dos planos da Comissão Estadual, compatibilizando-os aos critérios técnicos previamente definidos. Além disto, a comissão é responsável pela elaboração do Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas (PNMH). Em conjunto com as comissões Estadual e Municipal, responde pelos encargos administrativos, técnicos e financeiros para a implantação do programa. As atribuições da Comissão Nacional de Coordenação podem ser assim resumidas:

- a) **analisar os programas Estaduais de Microbacias**

Hidrográficas (PEMH), compatibilizando-os de forma sistêmica, aos programas das esferas federal e municipal;

- b) definir a participação do governo federal;
- c) supervisionar o PNMH;
- d) promover a descentralização executiva do programa.

A Comissão Estadual de Coordenação (CEC) é responsável pelo cumprimento das diretrizes elaboradas pela Comissão Nacional para o Estado. Esta Comissão congrega os órgãos técnicos existentes que possam contribuir em assuntos diretamente relacionados sobre microbacias hidrográficas. Cabe também a essa Comissão a análise dos planos municipais e a compatibilização deles às necessidades e prioridades do estado, decidindo sobre a participação e contribuição dos órgãos técnicos estaduais, além de ser a responsável pela elaboração do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH). A Comissão Municipal é vista no Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas como peça fundamental. O Plano Municipal de Microbacias, elaborado por essa Comissão, é tido como o responsável pela dinâmica de todo o programa e é através dele que se procede a intervenção pública na realidade rural. Apesar de propor escentralização, este Programa possui um caráter diretivo.

2.3.1 Programa Mineiro de Microbacias Hidrográficas ⁹

A Comissão Executiva de Microbacias Hidrográficas, composta pelos órgãos públicos da Secretaria do Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA), Empresa de

Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG), Empresa de Assistência Técnica e extensão Rural de Minas Gerais (EMATER-MG), Instituto Estadual de Floresta (IEF), Fundação Rural Mineira de Colonização e desenvolvimento Agrário (RURALMINAS), criou em abril de 1988, o Programa Mineiro de Microbacias Hidrográficas (PEMH-MG) que, sob a coordenação da SEAPA, segue as diretrizes contidas no Programa Nacional, porém procurando adaptá-las à realidade do Estado. Quanto às finalidades, o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH-MG) enfatiza os seguintes aspectos:

- a) incentivar a produção de alimentos básicos no município, de forma a evitar que os mesmos sejam importados de outras localidades, indicando como uma das consequências positivas o aumento da arrecadação municipal;
- b) valorizar o trabalho do produtor e das lideranças rurais.

O PEMH-MG, (dada a realidade do Estado) procura direcionar-se no sentido de:

- . promover mecanismos que possibilitem a adaptação do Estado à nova realidade brasileira, referente a descentralização administrativa;
- . conjugar os diversos órgãos estaduais afins para objetivos comuns;
- . fomentar identidade entre estes órgãos e as

- aspirações da comunidade por eles atingidas;
- . auxiliar na divulgação dos resultados alcançados para outros municípios;
- . priorizar o desenvolvimento das práticas associativas e solidárias entre os indivíduos da comunidade alvo, valorizando as lideranças locais, integrando-as em trabalhos participativos.

Sobre a estratégia geral de atuação, o Programa Mineiro fundamenta-se na seleção de bacias médias, através dos critérios:

- . densidade populacional;
- . mananciais de água potável;
- . existência de conflito de interesses no uso de recursos naturais;
- . grau de suscetibilidade à degradação dos recursos naturais;
- . interligação com áreas estratégicas de grandes bacias hidrográficas.

A escolha de uma microbacia dever atender aos critérios de:

- . posição estratégica nas bacias médias selecionadas;
- . grau de concentração de pequenos e médios produtores rurais;
- . receptividade do município e da comunidade ao programa;
- . infra estrutura mínima ao nível municipal;
- . capacidade de irradiação dos trabalhos para outras microbacias.

Quanto à estratégia específica, é meta deste programa, em sua primeira fase, dar prioridade para a sua implantação em municípios que possuam microbacias que apresentem algum trabalho independente do estágio de desenvolvimento ou sejam indicados pela Associação Micro-regional, ou ainda, aqueles que, dado à localização, forem de interesse para o Estado. Quanto às metas gerais, foram traçados pela Coordenação Executiva para o triênio de 1988/89/90, o estudo e a implantação de 293 microbacias, em um total de 250 municípios, conforme o Quadro 3.

QUADRO 3 - Cronograma de Implantação de Projetos de Microbacias.

MÉDIA BACIA	Nº DE MUNICÍPIOS			Nº DE MICROBACIAS		
	1988	1989	1990	1988	1989	1990
Rio Verde	21	33	33	21	33	54
Rio V. Grande	05	10	15	05	10	20
Rio das Mortes	15	40	63	15	40	78
TOTAL	43	88	119	43	88	162

FONTE: SEAPA/Comissão Executiva de Microbacias-M. Gerais (1988).

3. PLANEJAMENTO E PARTICIPAÇÃO: REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Este capítulo é constituído de cinco seções. Nas três primeiras são apresentados os conceitos e as definições de Participação, Planejamento e Planejamento Participativo. Nas seções subsequentes, são expostas a formulação de uma proposta metodológica e o modelo de análise, bem como a descrição das técnicas e do roteiro de pesquisa.

3.1 Conceito de Planejamento

No sentido amplo, planejar é antever e escolher meios para superar uma situação ou um problema a ser enfrentado. Assim, o planejamento pode ser entendido como um instrumento dividido em fases e sub-fases que tem por finalidade garantir uma previsibilidade sobre as ações e resultados a partir de uma realidade existente com vista às metas futuras.

Existe, entre os diversos autores estudados, o entendimento que o planejamento é um processo formado por fases,

que constituem também em um encadeamento cronológico. O planejamento pode ser entendido, conforme BORDENAVE (1987), em quatro fases ou processos:

- . primeira fase - refere-se ao momento do reconhecimento, ou seja, quando a realidade é reconhecida através da formulação de diagnósticos e prognósticos da situação ou do problema em questão;
- . segunda fase - definida pelo autor como de decisão, pois refere-se ao estudo do diagnóstico, com o levantamento das possíveis alternativas e consequente seleção das mesmas;
- . terceira fase - é denominada como a fase de ação, uma vez que a escolha da alternativa na fase anterior é então executada;
- . quarta fase - definida pelo autor como a fase crítica, consistindo da avaliação e controle do processo. Nesta fase os objetivos e os meios selecionados para atingi-lo são analisados para correção de possíveis desvios e realimentação da fase decisória.

Outra importante característica do planejamento é, segundo SCZMERCSENYI (1979), ser este um processo dinâmico de intervenção na realidade social, sendo por isto um processo circular e interativo (figura 3).

ESQUEMA BÁSICO DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO

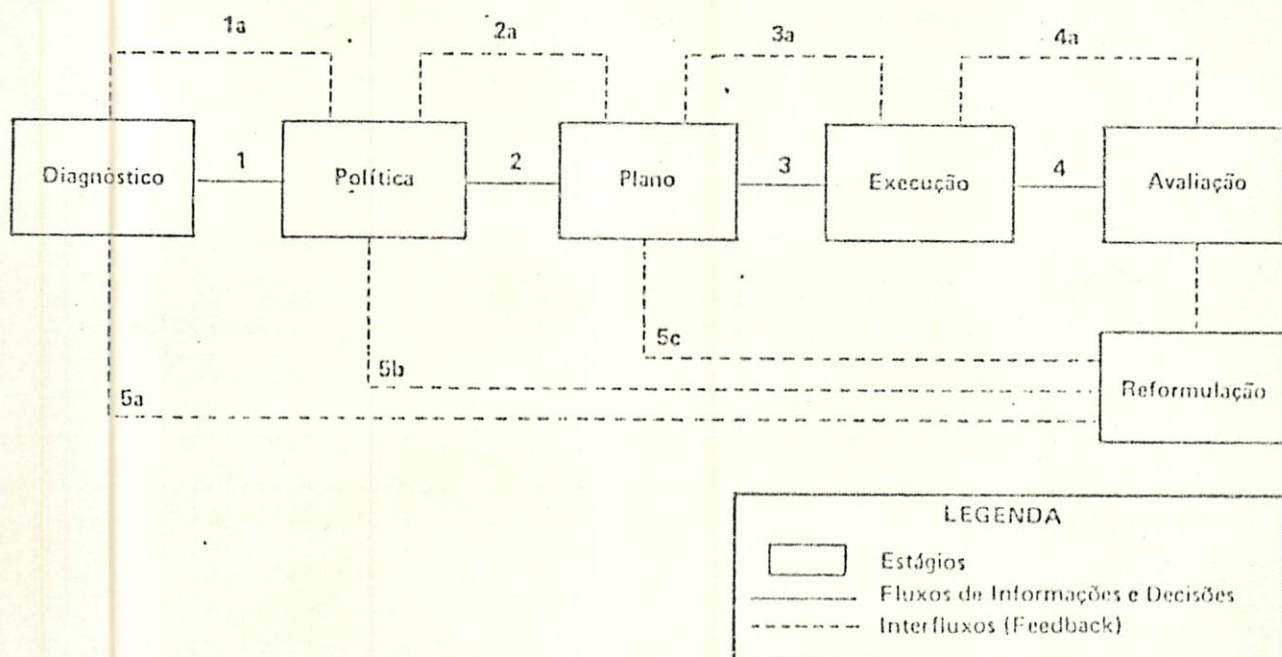


FIGURA 3 Esquema básico do processo de planejamento segundo a concepção de SCZMERCANYI (1979, P.14).

Observa-se que o planejamento, na concepção de SCZMERCANYI (1979), é subdividido em seis fases. A primeira refere-se ao processo iniciador ou ponto de partida, o qual se dá pelo conhecimento da realidade. Esta fase é definida como "diagnóstico". Ao conhecer o cenário que se pretende influenciar, uma nova fase surge, pois agora é possível entender as diversas tendências existentes no ambiente, o que permite a "formulação de uma política" a ser desenvolvida. Após a formulação da política para o complexo sócio-econômico vem a terceira fase que é a elaboração de um "plano" propriamente dito, onde todos os recursos materiais e não materiais são agrupados, visando a mudança na próxima fase, definida como de "execução" do plano.

Esta representa a cristalização ou concretização das fases anteriores. Para SCZMERCSENYI (1979), esta fase pode ser definida como da "viabilidade de um plano", que só é efetivamente testado na sua execução.

As duas últimas fases, "avaliação" e "reformulação", representam a crítica ao próprio plano, uma vez que na fase de avaliação, o plano é checado de tempo em tempo, quando o produto do plano é verificado segundo o que inicialmente foi formulado. A reformulação representa a realimentação e mesmo o desdobramento do plano em outros.

Enquanto instrumento de intervenção na realidade social e econômica, o planejamento não procura apenas adequar os meios necessários à concepção das metas que lhe atribuem a dimensão racional. Outras também são as influências incorporadas ao planejamento, sendo que para BAPTISTA (1981), estas formam um conjunto de dimensões que são definidas racionais, políticas, valorativas, e técnico-administrativa. A dimensão política refere-se ao fato de ser o planejamento um processo contínuo de tomada de decisão sobre a ação executada, o que caracteriza ou envolve uma função política, seja na área governamental, seja na área privada.

A dimensão valorativa, segundo BAPTISTA (1981), refere-se ao fato de que o planejamento favorece o desenvolvimento de tecnologias que, se por um lado possibilitam soluções científicas para os problemas de uma sociedade em permanente mudança, por outro viabilizam a centralização do poder e o aumento de sua eficácia controladora. Assim, para a autora, as opções

valorativas possuem um conteúdo ético, principalmente quando políticas oriundas de setores públicos ou mesmo privados buscam intervir nos grupos sociais, com fins de mudança sem que os mesmos tenham acesso a essas decisões ou possam influenciá-las.¹⁰

A dimensão técnico-administrativa refere-se ao fato do planejamento ser constituído por atividades que procuram normalizar as ações realizadas pelos órgãos executores. Ao nível da organização técnico-administrativa, a ação planejada pressupõe que exista:

- a) estrutura organizacional com uma definição clara dos papéis, funções e delegação destes na estrutura;
- b) normas e condutas claras que proporcionem a agilidade necessária das ações;
- c) sistema de informação rápida;
- d) sistema de avaliação e controle que permita a análise dos possíveis desvios e reorienta o planejamento ao nível da decisão.

3.2 Conceito de Participação

Participação é um fenômeno sociológico tão amplo como complexo, é um conceito que admite várias conotações, "pois participar é uma necessidade humana e universal" (BORDENAVE, 1987, p.16-17). "É uma atividade do cotidiano, do dia a dia, de todos os indivíduos que vivem societariamente" (CRUZ, 1987, p. 470) FERREIRA (1984) considera que a participação advém de uma

situação ou problema existente a partir do qual as pessoas unem-se para:

- a) apresentar idéias, discutir e contribuir, conforme a possibilidade de cada um para a solução desse problema ou dessa situação;
- b) contrapor ou responder a essa situação ou problema existente.

A partir das colocações desses autores, entende-se que participar é um ato coletivo, ou seja, só é possível com a união de duas ou mais pessoas, e esta união visa:

- a) atingir determinado objetivo que individualmente seria de difícil consecução, se não impossível,
- b) legitimar determinada situação ou, ao contrário unir-se para provocar mudanças nesta situação.

Quanto à natureza da participação, esta se manifesta através de suas ações, sendo que, para BORDENAVE (1987), as ações se manifestam de duas formas, que seriam as ações participativas de cunho instrumental e as ações participativas de cunho substantivo. As ações de cunho instrumental são aquelas em que os indivíduos unem-se, formando um grupo e agem com a finalidade de alcançar determinado objetivo, sendo que esta união tende, geralmente, a desfazer-se quando o produto final ou o objetivo da ação é alcançado. A participação substantiva ou efetiva é aquela em que os indivíduos, ao unirem-se a outros, formam uma associação que não se extingue quando atinge determinado objetivo. Isto significa que o grupo, ao atingir o objetivo,

estabelecerá novas metas criando, internamente, canais e estruturas permanentes de ação.

Relacionando os dois tipos de ação participativa (instrumental e substantiva), a ação substantiva representa um avanço em relação à instrumental: enquanto nesta última participação é determinada por um objetivo imediato, que desaparece quando este é atingido, na primeira assume um sentido histórico, pois contextualiza o grupo na realidade em que está inserido, podendo assim ser considerada como uma ação de "participação social". A participação social é definida, segundo AMMANN (1977,p.28), "como um processo de ações e decisões que criam e modificam as estruturas básicas da sociedade, ou seja, a infra-estrutura econômica (produção de bens e serviços), as instituições políticas (gestão) e as estruturas de distribuição e consumo (usufruto dos bens produzidos e geridos).

Quanto ao tipo, a participação, pode ser passiva ou ativa. Será passiva, quando o indivíduo for inerte ao processo, assumindo um aspecto formal ou instrumental. Será ativa, quando o indivíduo ou grupo, engajado no processo, agir efetivamente em função do que lhe é proposto, (BORDENAVE, 1987).

Quanto à gênese da participação, RAMOS(1958) entende que é a consciência que diferencia a ação instrumental da ação substantiva e, conseqüentemente, a forma passiva da forma ativa de participação. Para este autor, sem a consciência crítica, o indivíduo ou grupo social não passa de uma existência bruta ou vegetativa. É através da consciência que são formulados os primeiros passos para superação deste tipo de existência,

possibilitando ao indivíduo ou grupo a percepção dos limites e possibilidades existentes no seu meio. Assim, "a consciência crítica surge quando um ser humano ou grupo social reflete sobre tais determinantes e se conduz diante deles como sujeito. Distingue-se da consciência ingênua, que é puro objeto de determinações exteriores. A emergência da consciência crítica num ser humano ou num grupo social assinala necessariamente a elevação de um ou de outro à compreensão de seus condicionamentos. Comparada à consciência ingênua, a consciência crítica é um modo radicalmente distinto de apreender os fatos, de que resulta não apenas uma conduta humana desperta e vigilante, mas também uma atitude de domínio de si mesma e do exterior. A consciência crítica instaura a aptidão autodeterminativa que distingue a pessoa da coisa" RAMOS (1958,p.23).

3.3 Planejamento Participativo

O Planejamento Participativo é um instrumento que a administração pública utiliza, sendo também um dos principais canais de participação que setores menos favorecidos possuem como forma de manifestar e defender seus interesses junto ao Estado. No Brasil, este tipo de planejamento representa uma manifestação contrária ao planejamento clássico, em que há o mínimo de participação popular nas decisões, sendo ele de natureza normativa descendente. Quanto à literatura, não existem estudos específicos sobre a melhor forma de implementá-lo, PRATES (1985) observa que sua prática tende a se localizar em determinada área

ou local, embora reconheça que geralmente as causas que geram os problemas são de natureza estrutural.

FERREIRA (1984) considera que o processo de planejamento participativo é um instrumento de tomada de decisão sobre a ação, identificando a decisão em três categorias fundamentais:

- a) a decisão sobre os objetivos de ação;
- b) a decisão sobre a estratégia;
- c) a decisão sobre a organização da ação.

A exemplo de FERREIRA (1984) DEMO (1987) identifica três fases fundamentais do planejamento participativo:

- a) primeira fase ou processo iniciador-corresponde ao momento da formação da consciência crítica na comunidade, através da qual é elaborado o conhecimento adequado dos problemas que afetam o grupo, com a interpretação e entendimento da realidade, devido ao posicionamento crítico. Esta fase representa um autodiagnóstico da comunidade;
- b) segunda fase- corresponde ao momento da formulação de uma estratégia (o plano teórico) produto do autodiagnóstico. Esta fase corresponde à definição de formas de enfrentamento e definição das prioridades;
- c) terceira fase corresponde às necessidades de organização, refletindo o compromisso do grupo após auto-conscientizar-se da transformação da realidade abstrata em fato concreto.

A participação é a essência neste tipo de planejamento, e compreendê-la representa entender a relação de poder existente neste tipo de planejamento. FERREIRA (1984) considera que a participação no planejamento pode ser entendida aos níveis da decisão, da execução e do resultado. Para o autor, a participação na execução é a nível consensual, uma vez que nenhuma decisão é concretizada se não for "assumida". É necessário, neste nível, que cada um cumpra a função que lhe for atribuída.

A participação ao nível dos resultados representa a apropriação de cada um sob uma parte do produto final da ação. Adverte o autor que nem sempre a distribuição do produto final se dá de forma democrática, principalmente quando o planejamento participativo assume uma natureza manipulativa.

Porém, para FERREIRA (1984), a participação nas decisões é um processo de ação coletiva uma vez que participar das decisões é descentralizá-las, democratizando-as, permitindo condições a todos os envolvidos de se informar, de discutir e de opinar sobre as estratégias e os objetivos. Sendo o planejamento um instrumento que orienta a ação a ser tomada, através do levantamento de alternativas, este se encontra no nível das decisões.

O planejamento participativo, como prática na sociedade necessita de estratégias que o viabilizem. No meio rural, uma dessas estratégias é a educação participativa, pois ao mesmo tempo que incrementa a participação de todos, contrapõe-se à

abordagem convencional do planejamento tradicional.

A educação participativa e a abordagem convencional do planejamento representam estratégias distintas de compreender e intervir na realidade rural. ALENCAR (1990) expõe que as diferenças fundamentais entre elas está na metodologia de ação, enquanto definição de unidade social para ação e nos papéis dos agentes externos e da comunidade. A abordagem convencional, para esse autor, representa:

- a) uma forma de intervenção linear que tende a reforçar a estrutura já existente, na medida em que a comunidade, unidade de ação social, é vista como um conjunto homogêneo, ou seja: desconhece a existência na comunidade de grupos com interesses diferentes, ou conflitantes;
- b) uma intervenção tutorial do agente, por ser ele que realiza o diagnóstico e define os meios para a superação do problema ou situação a ser enfrentada pela comunidade;
- c) uma posição passiva da comunidade, diante de uma política intervencionista, uma vez que a decisão sobre a ação é papel do agente externo, cabendo à comunidade apenas a execução das decisões prescritas.

Pode-se concluir que a abordagem convencional é de natureza impositiva, provocando, dessa forma, inconsistências verticais (a comunidade sempre dependerá do agente externo), e horizontais (o conceito de unidade social desconhece a existência de estratos e sub-estratos sociais na comunidade).

A abordagem educação participativa, segundo ALENCAR (1990), apresenta uma posição radicalmente contrária à acima descrita. Ela se fundamenta nos seguintes parâmetros:

- a) a comunidade é entendida como um sistema social complexo e diferenciado, pois dentro dela existem grupos sociais que possuem interesses nem sempre idênticos e até mesmo conflitantes. Assim, o público alvo da ação é o grupo com interesses comuns;
- b) o agente externo possui um papel educacional e sua intervenção se manifesta através da identificação dos grupos com interesses comuns, do auxílio na elaboração do diagnóstico quanto à identificação dos problemas, e do incentivo de práticas associativas que permitam o fortalecimento do processo de conscientização dos membros do grupo à categoria de sujeitos da ação.

À medida em que é promovido um processo associativo, que visa a conscientização, o grupo alvo passa a se posicionar criticamente frente à política de intervenção. Assim, assume um papel ativo, pois é ele quem elabora o seu próprio diagnóstico, escolhe os meios para sua ação e decide coletivamente sobre as

formas de enfrentamento de um problema ou situação, compartilhando e avaliando os resultados da ação.

Em síntese, a abordagem "educação participativa", devido à sua natureza, possibilita o planejamento participativo, pois promove a consciência crítica dos indivíduos, além da dialogicidade, evitando inconsistências, tanto ao nível vertical quanto ao nível horizontal.

Enquanto estratégia de intervenção, esta abordagem necessita de mecanismos que promovam a sua implementação. OKALEY (1982) identificou nos trabalhos desenvolvidos no nordeste brasileiro pela Federação dos Órgãos para a Assistência Social e Educação (FASE), cinco sub-processos fundamentais no processo de educação participativa:

- 1) **Faculdade Crítica:** refere-se à identificação de problemas e à capacidade dos indivíduos de analisá-los, identificando as possíveis causas e propondo soluções.
- 2) **Participação:** refere-se ao envolvimento ativo dos membros na identificação dos problemas e de suas causas, na tomada de decisões, planejamento e execução de ações que visam a solução dos problemas identificados.
- 3) **Organização:** refere-se à reestruturação interna do grupo e ao controle que os membros dos grupos possam ter sobre a estrutura, de forma a evitar a dependência destes de agentes externos.
- 4) **Solidariedade:** refere-se à predisposição para

cooperação entre os membros do grupo, no sentido de desenvolverem ações conjuntas visando solução de problemas comuns.

- 5) **Articulação:** refere-se ao estabelecimento de relações externas por parte do grupo, com outros grupos ou comunidade para tratamento dos problemas ou situações comum entre ambos.

3.4 Referências para análise

Os elementos para a análise das informações coletadas partem da origem das ações e do processo decisório desenvolvido. Busca-se, dessa forma, estudar e responder ao problema deste trabalho à luz de referências teóricas contidas nos itens anteriores, são desdobrados em um modelo que visa possibilitar a análise das informações coletadas. A composição deste modelo leva em consideração o aporte teórico de diversos autores, além das experiências descritas nos trabalhos desenvolvidos pela EMATER-MG.¹¹

Ao nível da extensão, as ações podem ter, quanto à origem e forma, a natureza tutorial ou participativa. As ações tutoriais ou convencionais são assim consideradas pois tendem a ser a-históricas, mecanicistas e anti-dialógicas. FREIRE (1975) entende, neste sentido, que o termo "extensão" representa a ação de levar, de transferir a terceiros um determinado tipo de saber, onde estes são depositários de valores e técnicas, entre outros, daqueles que a transmitem. Conclui o autor que neste processo, o

indivíduo perde a autonomia e é incapaz de participar ativamente das ações propostas ou em curso, uma vez que ao tornarem-se depositários de conhecimentos, as fases de decisão, da ação, do resultado podem não corresponder àquilo que foi inicialmente planejado.

No processo de extensão, fundamentado na abordagem participativa, as ações são, segundo FREIRE (1975), um processo social e histórico, que não admitem neutralidade tanto de quem transmite quanto de quem recebe. É necessário entender e compatibilizar o interesse do transmissor com os interesses e as necessidades daqueles que as recebem. Outra característica desse processo é a dialogicidade, onde a prática da extensão só é possível enquanto prática, caso consiga integrar-se e integrando ao mesmo tempo. O extensionista para Paulo Freire não é um invasor que tende a reduzir os homens a meros objetos de sua ação, ou simples pacientes de suas prescrições.

3.4.1 O Quadro Conceitual

O Quadro Conceitual ou Analítico é o resultado do aprofundamento da descrição dos modelos da abordagem convencional e da educação participativa, tem como objetivo interpretar como a participação ocorre na prática. A partir das entrevistas com agricultores e membros da comunidade é apreendido, através de suas histórias, como estes percebem, entendem, agem e interagem entre si e com os membros externos à comunidade nas diversas ações.

O modelo de análise foi formulado em uma estratégia dividida em dois níveis. O primeiro nível, apresentado na posição vertical, tem o objetivo de identificar as interações entre membros internos e membros externos. Enquanto que o segundo nível, localizado na posição horizontal, apresenta os diversos componentes de uma estratégia de ação.

3.4.1.1 O Nível Vertical

A função deste nível é, de um lado, a análise das relações existentes entre agricultores envolvidos nas obras do Programa e da comunidade e, do outro, os membros de órgãos oficiais com trabalhos na comunidade tanto no Programa, quanto nas obras comunitárias, os quais são, agora, denominados genericamente, "extensionistas". Este conceito é elaborado a partir da idéia de que existe nas ações entre agricultores e extensionistas, um planejamento, formal ou informal de ações contínuas e dinâmicas que expressam, na prática, níveis de interação entre as partes (agricultores/extensionistas) nos os processos de decisão, da ação e dos resultados, denominado estratégia de ação.

A estratégia de ação pode ser definida como a descrição dos fenômenos ou fatos sociais e administrativos ocorridos na comunidade, sendo que se origina de um problema ou de uma situação que envolva a participação de agricultores e comunidade de um lado e extensionistas do outro. Desse modo, uma estratégia de ação pode ser conduzida em diferentes níveis de participação,

onde a predominância sobre as ações participativas pode ocorrer por uma das partes ou de forma equâneme entre estas.

O predomínio de uma das partes também indica a origem das ações. Esta origem deriva de dois polos de poder distintos e contrários. Entre eles forma-se um *continuum*, que busca a melhor combinação das influências que cada um destes polos pode exercer sobre a estratégia de ação. Na medida em que estes se unem este processo gera diversos níveis de combinação ou interação, entre agricultores e extensionistas. Busca-se, nos próximos itens, descrever e caracterizar os polos e possíveis níveis existentes entre estes.

- a) Estratégias conduzidas basicamente pelo extensionista (agente externo) com participação mínima dos agricultores.

O extensionista percebe o problema e não dialoga com os agricultores, pois acredita possuir o completo domínio sobre o problema e suas causas. Crê, também, geralmente que o agricultor em pouco ou em nada contribuiria neste diálogo, porque os problemas e suas soluções são de natureza eminentemente técnicas.

A nova técnica passa a ser solução fundamental, pois esta, na medida em que possibilita o aumento da produtividade, cria também a crença em melhores condições de bem estar do agricultor. Assim, ao tornar a técnica uma solução para o aumento da produtividade e do bem estar, o problema é reduzido a uma variável unicamente técnica. Cabe ao extensionista o reconhecimento, e a definição dos objetivos e dos meios para a

superação dos problemas, tendo em vista a natureza técnica que reveste os problemas. Os resultados obtidos representam a verificação do aumento ou não do produto físico. É importante observar que este tipo de estratégia possui um caráter tutorial, conforme é exposto no item 3.3.

- b) Estratégias de ação conduzidas com elevado grau de participação dos agricultores, e mínima dos extensionistas.

Esta estratégia inicia-se através do diálogo da realidade entre agricultor e extensionista. Assim a problematização permite que extensionistas e agricultores contribuam ativamente na superação destes, através do questionamento, da investigação das causas e da busca de possíveis soluções.

Observa-se que a estratégia não se baseia apenas no nível tecnológico. Outros aspectos do problema, como a sua natureza econômico-social, física, política e cultural são identificados. Nesta situação o extensionista busca compreender as barreiras de ordem afetiva relativa à atitude ou predisposição em resolver o problema, e as de ordem cognitiva, onde são manifestadas as experiências e os conhecimentos já dominados pelos agricultores.

Ao agricultor cabe a seleção de prioridade, a definição dos objetivos e dos meios para superação. O resultado não é visto apenas como aumento ou não do produto físico, ele representa o grau de interação entre agricultores e

extensionistas na superação do problema.

É importante observar que, embora o resultado nas estratégias "a" e "b" possa ser utilizado na superação de um mesmo problema, a apreensão do fenômeno é diferente. Enquanto na primeira o produto final da ação e da estratégia fundamenta-se na visão do técnico, na segunda são o agricultor e a comunidade, fundamento de toda a ação. Assim se os resultados das ações podem quantitativamente ser semelhantes, ao nível qualitativo, o processo de decisão, de ação e de resultado pode ser radicalmente diferente um ao outro. Conclui-se também que um Problema com aplicações de estratégias diferentes pode redundar em resultados não semelhantes e até mesmo imprevistos, gerando desta forma sérias distorções entre o idealizado e o concretizado.

Quanto à disposição destes dois polos no quadro de análise observa-se que este pode se dispor em 6 níveis, conforme a Figura 4.

Níveis de Participação	
A - Apenas Agricultores	Agricultores
B - Agricultores/maior/Extensionistas	
C - Agricultores/igual/Extensionistas	Participação
D - Extensionistas/maior/Agricultores	Extensionista
E - Apenas Extensionistas	
F - Externo	-x-x-x-

FIGURA 4: Quadro de Análise - Níveis de interação

O primeiro nível refere-se à participação conduzida apenas pelos agricultores;

O segundo nível refere-se às estratégias onde a participação dos agricultores é superior aos extensionistas;

O terceiro nível refere-se às estratégias de ação com uma participação equitativa entre extensionistas e agricultores;

O quarto nível refere-se às estratégias com alta participação dos extensionistas e baixa participação dos agricultores;

O quinto nível refere-se às estratégias conduzidas apenas pelos extensionistas.

Embora se acredita que as estratégias estejam compreendidas basicamente nos níveis acima, é apresentado um sexto e último nível, denominado como externo. Este nível supõe que a estratégia de ação em uma de suas fases (decisão, execução ou resultado) não tenha a participação de agricultores e tenha baixíssima participação dos extensionistas.

Analisando os diversos níveis, observa-se que estes possuem certas correspondências. Os níveis "A" e "E", "B" e "D" apresentam estas correspondências em uma relação de polos contrários. No nível "A" enquanto que a participação do agricultor é máxima, no nível "E" a relação é inversa, com a máxima participação do extensionista. Acredita-se que, enquanto no primeiro, a estratégia vivenciada possa ser um processo de auto-gestão por parte dos agricultores, no segundo, a situação corresponde a um processo tutorial, onde extensionistas assumem todo o papel ativo sobre as estratégias, cabendo aos agricultores

o papel passivo.

Os níveis "B" e "D" também possuem certa relação. Nestes níveis ambos participam, sendo que as estratégias são formuladas a partir das combinações de níveis de participação entre agricultores e extensionistas. No nível "B" existe maior participação de agricultores, cabendo a estes o papel de definidor das ações e aos extensionistas um papel pedagógico, de orientação dessas ações. Já no nível "D", cabe ao extensionista a maior participação sobre as estratégias de ação.

Quanto ao tipo de abordagem, admitem-se ambas: Participativa e Tutorial. No nível "B", a única possível é a da Educação Participativa, dado o predomínio dos agricultores sobre as estratégias. Entretanto, o nível "D" apresenta um estado híbrido, por possibilitar por um lado, a abordagem Participativa e por outro a Tutorial.

A Abordagem Participativa neste nível, refere-se àquelas estratégias de ação, que só são possíveis com a ativa participação dos extensionistas, em uma ou todas as fases do planejamento (formulação, execução e ou resultado). Esse nível não é tutorial, uma vez que mesmo sendo necessário o predomínio sobre as ações por parte dos extensionistas, estes assumem um papel de orientação e educação junto aos agricultores, de forma a evitar o tutoramento em relação aos agricultores.

A Abordagem Convencional ou Tutorial existe nesse nível, quando a participação na estratégia de ação é vista pelos extensionistas como um instrumento particular. Assim, os

extensionistas tendem a eliminar a participação dos agricultores, de modo que o diálogo, a orientação, o exercício de um processo educativo com vista à participação dos agricultores são substituídos por um processo de dependência e do predomínio dos extensionistas sobre os agricultores.

Embora haja a possibilidade do nível "D" vir a compreender uma abordagem Tutorial, neste estudo, visando uma melhor compreensão sobre a natureza da estratégia, todas as colocações neste nível serão denominadas como de abordagem da Educação Participativa. Já a abordagem convencional estará restrita no nível ("E").

O nível "C" é um estado único. Agricultores e extensionistas participam da estratégia de forma igual. Este nível possibilita um processo de co-gestão, podendo também ser considerado como um nível de abordagem da Educação Participativa.

O último nível, "F", representa as ações totalmente externas, admite uma participação mínima dos extensionistas e nenhuma dos agricultores. Assim, são as orientações externas que determinam a estratégia de ação. Sob um ponto de vista sistêmico, este nível corresponde ao ambiente externo da comunidade, onde fatos, acontecimentos, políticas, ao nível macro, ocorrem sem que extensionistas e agricultores possam antever e se preparar para os impactos desta. O acontecimento gera uma nova realidade sendo que as estratégias de ação em uma de suas fases ou em todas, é agora definida por um terceiro ator (público ou privado).

3.4.1.2 O Nível Horizontal

A função deste nível é apresentar os diversos componentes de uma estratégia de ação. Estes componentes são traduzidos em um conjunto de variáveis que procura descrever um fenômeno ou fato. Este processo está dividido em cinco fases que desdobram-se em dez variáveis.

É importante observar que embora os componentes de uma estratégia de ação possam atingir um número de dez variáveis, isto não quer dizer que todas ocorram de forma explícita, devido à natureza em que se origina a situação e ao sujeito ou aos grupos envolvidos. Os componentes podem assim ser definidos:

a) **Problema.**

- . percepção
- . interpretação ou compreensão
- . vontade de resolver manifestada
- . criação ou recriação de soluções

b) **Objetivo** - (metas ou intenções)

c) **Meio**

- . escolha
- . emprego

d) **Resultado** - (produto da ação)

e) **Avaliação** - (possíveis distorções, fruto dos resultados obtidos e os esperados).

- . Distorção/natureza interna
- . Distorção/natureza externa.

Após apresentar de forma sucinta as fases e variáveis que compõem uma estratégia de ação, procura-se aqui definir como são entendidos estes processos no trabalho.

- a - **Problema** : refere-se ao processo iniciador de todo fenômeno: parte-se de uma situação amorfa que irá ser moldada e cristalizada para uma ação. Este pode ser subdividido em quatro fases definidas como de percepção, de interpretação, da vontade de resolver e da possível ou das possíveis soluções.
- a.1 - A percepção é o primeiro nível desta fase, esta é fundada na intuição que é captada através da reflexão. Representaria a apreensão dos fatos que ocorrem. Para BRUYNE (s.d.) a percepção está relacionada com a descrição que o indivíduo ou grupo tem de sua realidade, do seu eu real mais íntimo que é recuperado em um plano temático, visando contribuir, apreender. Neste sentido a percepção representa recuperar, atingir a essência dos fenômenos.
- a.2 - A interpretação ou compreensão do fato representa a fase seguinte. Aqui inicia-se o processo de redução, onde a natureza percebida é melhor definida. É o primeiro momento onde idéias e ou sentidos apreendidos começam a ter um entorno e passam de um nível temático, ainda "ôntico" ou "abstrato" para um nível de busca de definição. Na

fenomenologia; a interpretação é exaltada, pois esta busca a interpretação do mundo, dos fatos "que agora surgem intencionalmente na nossa consciência. Por isso, na pesquisa, eleva o ator, com suas percepções do fenômeno sobre o observador positivista." (TRIVINOS, 1987 P.47).

- a.3 - As duas outras fases representam o desdobrar das fases anteriores, uma vez que a fase da vontade de resolver representa a disposição que o indivíduo ou grupo possui para iniciar a superação do problema, enquanto que a gestão das soluções é a reunião de noções, idéias, propostas para a formulação de um plano de ação.

- b - **Objetivo:** refere-se à fase posterior à formulação do problema, com a conseqüente definição de uma ou mais soluções para enfrentamento deste. As soluções aqui representam alternativas dispostas na realidade, onde os objetivos são formulados através da escolha de uma alternativa entre as várias existentes ou o encadeamento destas em processo de prioridades para ação. O objetivo também é o fim ou meta de uma ação, tanto pode ser para obtenção de um estado futuro, quanto para manutenção da situação atual.

- c - **Meio :** refere-se à fase em que se apresentam os instrumentos encontrados na situação sobre os

quais o ator tem controle e que pode utilizar para alcançar os objetivos. Esta fase se subdivide em: 1a) escolha dos meios que se relacionam às condições encontradas no ambiente e que limitam as ações do ator na busca do seu objetivo;

2a.) emprego, definida com a utilização racional, o modo e as formas da utilização dos recursos escolhidos.

d - **Resultado** : refere-se à fase do produto da ação na superação do problema.

e - **Avaliação**: refere-se à fase onde são checados possíveis desvios ou distorções e sua natureza quanto ao que foi objetivado. A avaliação responde pelas críticas positivas e/ou negativas quanto ao resultado da ação. Dessa forma, é importante perceber a natureza das distorções que podem ser internas (referente ao grupo) ou externas (referente ao ambiente).

A partir das variáveis que compõem a estratégia de ação, observa-se que estas são apenas o desdobramento do processo de planejamento (Figura 5).

FORMULAÇÃO	PROBLEMA	Percepção Compreensão/Interpretação Vontade de resolver Solução
	OBJETIVO	
EXECUÇÃO	MEIOS	Escolher Emprego
RESULTADOS	RESULTADOS AVALIAÇÃO	Distorção/natureza interna Distorção/natureza externa

FIGURA 5 - Componentes da Estratégia de Ação.

3.4.1.3 Síntese do Modelo Analítico

Nos itens anteriores foram apresentados os pressupostos para a sustentação do modelo de análise. A partir das discussões, foram formuladas fases, níveis e variáveis (Figura 6). Nesta Figura se apresentam, além dos níveis e componentes de uma estratégia de ação, as abordagens da Educação Participativa, Tutorial e do Planejamento Participativo.

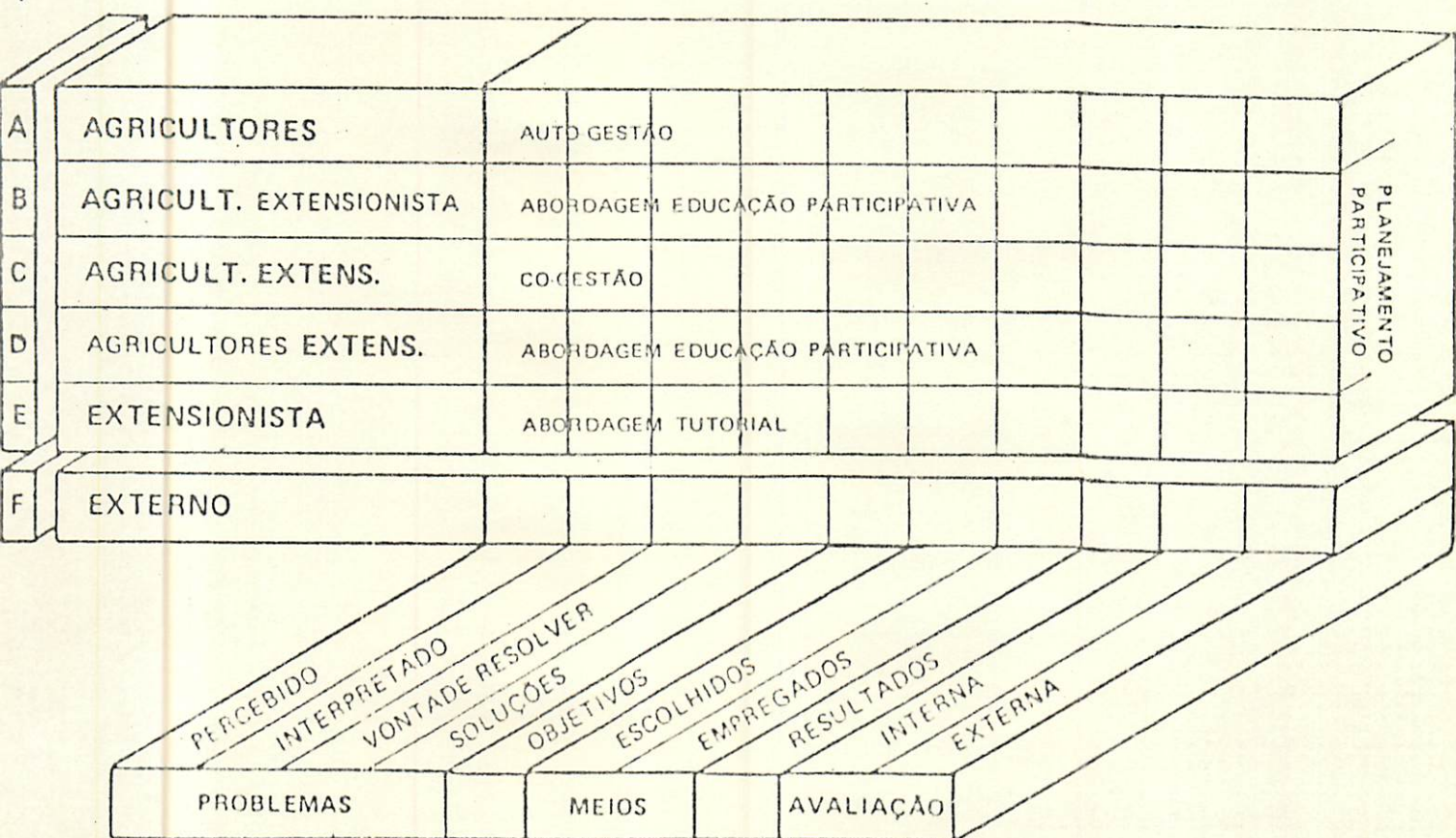


FIGURA 6 - Modelo Estratégia de Ação

As Abordagens estão distribuídas nos cinco primeiros níveis. O Planejamento Participativo objeto de interesse deste trabalho é apresentado como um contínuo entre os níveis "B, C e D". Embora o nível ideal representasse aquele onde a participação fosse igual entre agricultores e extensionistas, é necessário reconhecer que as ações sociais geralmente não ocorrem de forma linear. Diferenças cognitivas, de instrução, de valores, e de recursos podem determinar a maior participação de uma ou de outra parte.

3.5 A Pesquisa

Esta pesquisa fundamenta-se no estudo de caso em uma comunidade assistida pelo Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas. Para a escolha do local, além da condição da comunidade participar ou ter participado do Programa, foram também adotados os seguintes critérios:

- . A existência de grande número de pequenos agricultores, público tomado como prioritário pelo PEMH;
- . A utilização do planejamento participativo que oferecesse resultados para estudo;
- . Ampla mobilização dos agricultores e de diversos órgãos.
- . Localização do município na região sul do Estado de Minas Gerais, onde a ESAL concentra suas ações.

Assim, após o levantamento das diversas áreas atingidas pelo Programa, foi escolhida a Microbacia Piloto "Córrego da Estiva", situada na comunidade de Cruz Alta, município de Pouso Alegre-MG que, além de preencher todos os critérios propostos, possuía um trabalho associativo anterior ao próprio Programa.

A partir da escolha da área de estudo, a pesquisa foi estruturada em quatro fases. A primeira refere-se à definição do tipo de abordagem e escolha dos instrumentos para o levantamento de campo, denominado "instrumentos metodológicos". A segunda refere-se à análise documental do Programa denominada "literatura do plano". A terceira fase refere-se ao levantamento de campo ou

fase operacional. E a quarta fase refere-se às análises das informações obtidas.

3.5.1 A Abordagem Metodológica

A abordagem metodológica representa a primeira fase deste trabalho. Optou-se, neste estudo, pelo método qualitativo de análise, denominado pesquisa qualitativa.

A pesquisa qualitativa é um método originado das pesquisas antropológicas realizadas no século XIX que permite a estruturação do fenômeno analisado a partir da visão dos entrevistados. A análise é feita a partir do relato de suas histórias de vida e de suas experiências, relacionandas ao problema estudado. O método qualitativo possibilita a análise de dados peculiares que podem explicar resultados diferentes de problema com causa semelhantes, devido à capacidade de revelar a natureza oculta ou latente das ações individuais e coletivas, sendo denominado por BRYNE(s.d.) como uma abordagem "compreensiva":

"A abordagem compreensiva visa apreender e explicitar o sentido da atividade social individual e coletiva enquanto realiza uma intenção. Ela se justifica na medida em que a ação humana é essencialmente a expressão de uma consciência, o produto de valores, a resultante de motivações. (...) onde o objetivo da compreensão é exhibir as significações internas dos comportamentos (...) um acontecimento não é analisado enquanto caso particular, subsumido por uma lei geral, mas é apreendido enquanto elemento original e específico. (BRYNE, s.d.: 139-40).

Para que a abordagem compreensiva fosse possível utilizam-se alguns instrumentos de coletas de dados. A análise documental foi um dos instrumentos que correspondeu à fase de literatura do plano. Os instrumentos de entrevista oral e observação participante foram utilizados na fase seguinte correspondendo ao levantamento de campo.

3.5.2 A Literatura do Plano

Nesta fase, a pesquisa orientou-se para a análise dos documentos oficiais do Programa ao nível macro, que se refere às diretrizes maiores, nacionais e estaduais e no nível micro municipal, onde foram identificados objetivos e formas de ação dos órgãos públicos diretamente envolvidos com a comunidade.

A partir do segundo semestre de 1989, implementou-se esta fase através de discussões com técnicos e levantamento de informações no escritório central da EMATER, localizado em Belo Horizonte. O objetivo destas informações era estabelecer a real

situação do Programa em Minas Gerais e nos municípios atingidos. Este momento conduziu à seleção da área de estudo, correspondendo, desse modo, à pré-pesquisa.

Após os primeiros contatos e por indicação do escritório central da EMATER-MG foi mantida uma linha de comunicação com técnicos do escritório regional e local do município de Pouso Alegre, no sentido de obter uma visão pormenorizada do Programa Municipal de Microbacias Hidrográficas (PMMH), sua importância a nível da comunidade e do sistema político administrativo do Estado. Foram, também, contatados outros técnicos de instituições públicas que participavam direta ou indiretamente do Programa Municipal.

A partir das informações contidas no "Manual Operativo sobre Microbacias", "Jornal sobre Microbacias", e demais documentos sobre o Programa, bem como dos contatos mantidos com técnicos que atuavam a nível estadual, regional e local foi preparado o levantamento de campo.

3.5.3 Levantamento de campo

A coleta dos dados primários foi realizada mediante entrevistas gravadas, observações do pesquisador junto aos agricultores incluídos no Programa de Microbacia e dos agricultores excluídos, sendo que todos pertenciam à comunidade. Com vista a enriquecer as entrevistas com os agricultores, foram também entrevistados técnicos de campo da EMATER, Secretaria de

Agricultura, intermediários e funcionários do Banco do Brasil (FUNDEC) que atuavam na comunidade.

A prática de observações foi o primeiro instrumento utilizado e tinha como objetivo:

- . identificar, "*in loco*", os agricultores atendidos pelo Programa e os não atendidos;
- . identificar outros atores que poderiam exercer influências na condução dos trabalhos relacionados com a Microbacia e a comunidade, tais como técnicos e intermediários.

Entrevistas informais, realizadas através de discussões com membros da comunidade de Cruz Alta, foram outros instrumentos de coleta de dados empregados em complementação às observações. Estas entrevistas tiveram como objetivo operacionalizar o processo de seleção dos produtores que seriam, posteriormente entrevistados. Assim escolheram os agricultores atendidos e não atendidos através dos seguintes critérios:

Agricultores Atendidos

- . por indicação dos técnicos do escritório local da EMATER;
- . através da relação de membros contida no documento do Programa;
- . em discussão com diversos agricultores da comunidade.

Tais critérios permitiram identificar os produtores e escolher os que seriam entrevistados;

Agricultores Não Atendidos

- . por indicação dos técnicos do escritório local da EMATER;
- . por terem expressiva participação nas obras comunitárias de Cruz Alta.

A partir desse procedimento foram selecionados sete agricultores sendo que destes, quatro estavam envolvidos tanto com Programa de Microbacia, como nas obras da comunidade, sendo aque os demais eram excluídos do Programa.

A definição do número de agricultores levou em consideração tanto as vantagens e dificuldades que o método de pesquisa qualitativa possui quanto a dimensão de amostra. Os agricultores, não selecionados constituíram-se em informantes secundários que subsidiavam os temas proposto pelo entrevistador, além de sanar possíveis dúvidas quanto as respostas dos agricultores escolhidos.

O roteiro para o levantamento de campo foi conciso e flexível, orientando-se pelos parâmetros da Abordagem da Educação Participativa e existência ou não da faculdade crítica por parte do agricultor, observada através da expectativa que este possuía em relação ao Programa.

Faculdade Crítica:

- existência de acontecimento que direta ou indiretamente contribuiu para modificar a sua expectativa inicial dos agricultores quanto ao Programa e a outras ações na comunidade;

- processo de perceber o problema na comunidade e no Programa e como os agricultores lidavam (interpretavam e agiam) diante desse problema;
- origem das decisões para a solução dos problemas (dos agricultores, dos extensionistas ou, em conjunto, produtores e extensionistas);
- definição dos objetivos e processo de seleção de prioridades.

Participação e Organização

- o envolvimento do entrevistado e dos demais membros da comunidade no processo de decisão;
- a participação nas ações e as dificuldades em participar;
- os meios utilizados nas ações para solucionar o problema.

Solidariedade e Articulação

- o significado de união para os agricultores;
- as formas que viabilizaram a união e quais os fatores que a dificultaram;
- relação entre os órgãos oficiais e o grupo de produtores (comunidade) na solução do problema.

4. COMUNIDADE DE CRUZ ALTA, ESTRUTURA PRODUTIVA E MICROBACIA

A comunidade de Cruz Alta originou-se de um povoado fundado em 1914. O seu surgimento decorreu da sua localização, por ser passagem obrigatória dos viajantes oriundos de São Paulo com destino ao sul de Minas, sobretudo, à cidade de Pouso Alegre. É importante observar que Cruz Alta possui características peculiares tornando-a em relação ao município mais independente, com vida própria:

- a) situada a 21 Km de distância da sede do município, sendo a este ligado pela Rodovia Fernão Dias (Figura 7);
- b) população tem na exploração agrícola a sua base de sustentação econômica;
- c) possui uma infra estrutura econômico-social altamente desenvolvida, com um vasto inventário de obras, em comparação às comunidades vizinhas.

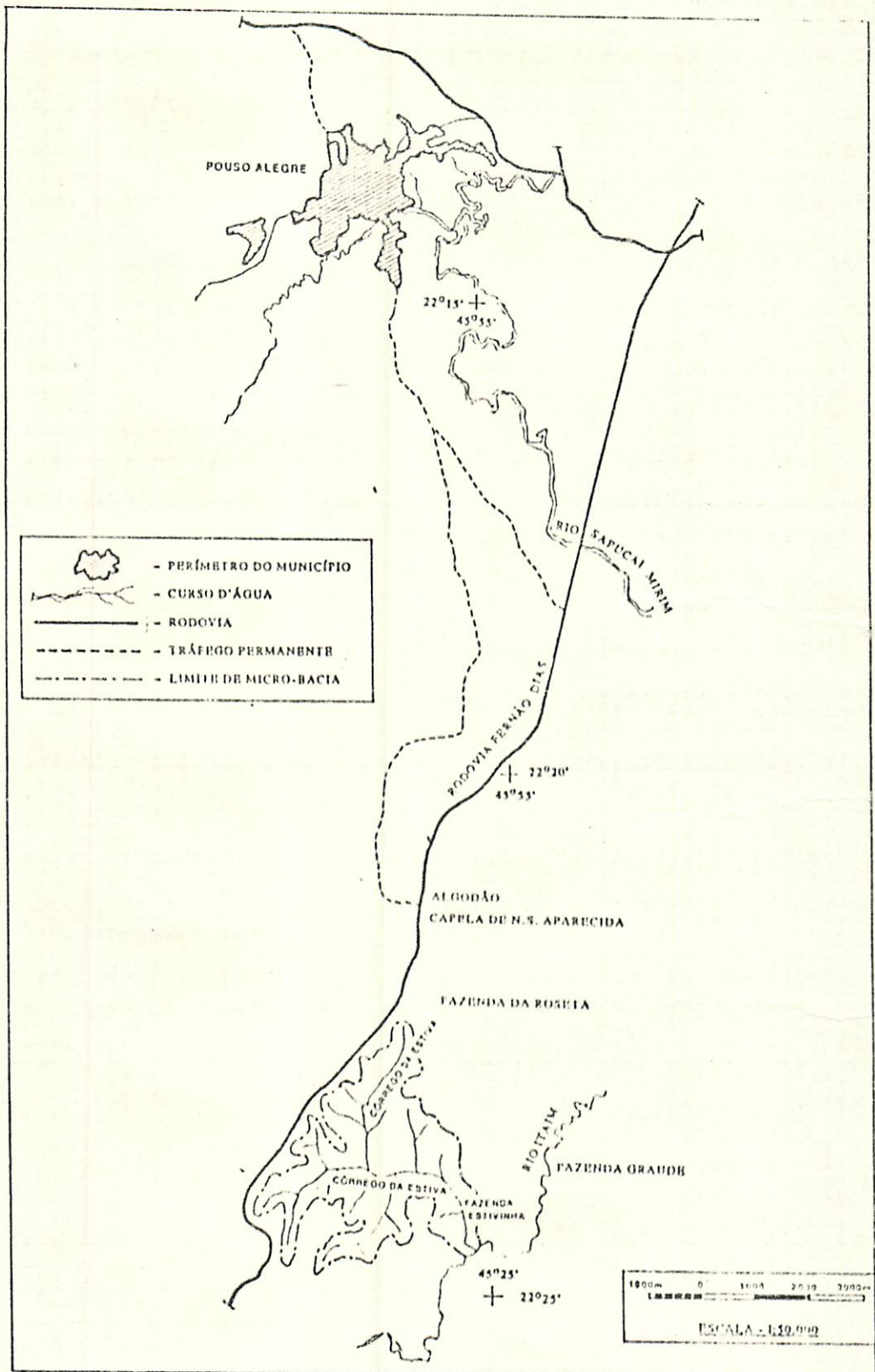


FIGURA 7: Mapa de localização da comunidade de Cruz Alta em relação à cidade de Pouso Alegre

Embora dependendo da cidade de Pouso Alegre para aquisição de produtos de consumo, bens duráveis, defensivos e fertilizantes agrícolas, serviços diversos, esta comunidade fornece, em contrapartida, ao município uma boa arrecadação referente à produção e comercialização de seus produtos agrícolas, notadamente o morango.

4.1 Os proprietários

Fundada em 1914, esta comunidade era, até 1970, constituída de pequenos proprietários de terra os quais tinham no trabalho assalariado e na parceria a principal fonte de renda. As ocupações dos pequenos lavradores estavam intimamente ligadas aos períodos de plantio e colheita de produtos agrícolas, às atividades agropecuária desenvolvidas nas grandes fazendas da região e, até mesmo, a outras atividades existentes na área e não relacionadas diretamente ao trabalho com a terra. O depoimento de um dos entrevistados, indicou o ano de 1970 como marco das mudanças que se processaram em Cruz Alta:

"(...) não se praticava nada aqui por volta de 1970, isto aqui era largado, ainda dependia dos fazendeiros. O operário aqui não valia nada, tava cheio de gente e nesta época, tava todo mundo parado porque não tinha trabalho." (Entrevista julho, 1990)

As transformações que se processaram nessa comunidade, a partir de 1970, decorreram, na visão dos produtores, da introdução do cultivo do morango:

"Em 1970, apareceu um senhor lá de Louvera-SP, que é desta firma ¹². Pareceu ai em 69, ele estava em Estiva, ai em 70 chegou aqui. Fomos conversando e perguntou se queria plantar desceu lá embaixo e analisou a terra, achou que dava certo (....) no fim de 70 nós tinha uma perua, ele fretou eu com a perua e 12 pessoas que interessava pela planta fomos até a Cotia em Atibaia-SP, nos grandes plantadores de morango. Japonesada, aí fomos lá vimos aquilo e voltamos calado, de ver tanta coisa. Perto daquilo, o que estávamos começando aqui não tinha cabimento, dava vontade de largar mão mas ai ele falou, era japonês agrônomo que veio de Louvera-SP 'não, o negócio é vocês tentar evoluir igual a eles Eu vou dar assistência acompanhar este comprador Louvera de morango, aí começamos. Eu topei comprei um motorzinho, eu mais dois (....), fizemos um canterim saiu a muda, saiu boa. Cada ano vinha outro agricultor e gostava (....) hoje cada 100 pessoas que o Sr. pergunta no bairro 100 é morangueiro." (Entrevista julho, 1990).

Observa-se, neste depoimentos, que a cultura do morango além de propiciar um novo tipo de atividade, possibilitou mudanças fundamentais e positivas na estrutura econômica e na infra estrutura social, até então não ocorrida.

Um dos aspectos importantes foi o surgimento de um novo tipo de produtor, além de mudanças nas relações de trabalho na região. Este novo agricultor é caracterizado por possuir pequenas áreas de terra, e ter no trabalho familiar a base de produção. Embora esta comunidade fosse constituída por um grande número de pequenas propriedades familiares, tal fato não representou um entrave para o seu desenvolvimento ¹³, mas, ao contrário, este foi um fator que estimulou o desenvolvimento ocorrido.

Essas mudanças propiciaram o surgimento de uma nova categoria de produtores. Tendo como referência os estudos de ALENCAR E MOURA FILHO (1988), pode-se afirmar que os produtores da região estudada encontram-se próximos ao tipo de unidade de produção denominada "empresa familiar". Este tipo de unidade é assim definido por esses autores, por terem no trabalho familiar a base de produção:

"Possuir uma alta composição de capital de exploração, alto grau de comercialização (uma vez o que é produzido na propriedade visa substancialmente o mercado) e especialização (possuem poucas linhas de exploração, muitas vezes complementares)."
ALENCAR A E MOURA FILHO (1988:p.5).

As características citadas pelos autores foram observadas entre os agricultores entrevistados, porém se a composição da força de trabalho é eminentemente familiar, esta pode ser complementada, quando necessário, pela contratação de terceiros, através do arrendamento, parceria e assalariamento. Observou-se, também, que na medida em que esses produtores se capitalizaram, integraram-se mais ao mercado, tornando-se, ainda que em um processo lento e gradual, dependentes do setor urbano-industrial. Esta relação pode ser entendida uma vez que estes ao demandarem uma série de insumos e equipamentos para a produção, produzem também substancialmente valores de troca ¹⁴ e nessa integração adquirem uma situação de "autonomia relativa" ¹⁵. Utilizando-se o referencial teórico dos autores citados,

elaborou-se o Quadro 4, com o objetivo de demonstrar e comparar as condições encontradas anteriormente ao desenvolvimento das culturas comerciais em 1970 e ao estágio atual na comunidade, relatadas pelos entrevistados. Observam-se as seguintes modificações entre as variáveis:

- O grau de capitalização que era inexistente ou baixo, encontra-se, no período atual, em um nível médio nas propriedades mais atrasadas e alto nas demais, tendo em vista a utilização de insumos, a posse de máquinas e equipamentos (cita-se, como exemplo, o fato de todos os agricultores possuírem conjuntos de irrigação);
- A composição da força de trabalho anteriormente predominante, era uma combinação da mão-de-obra familiar com o trabalho de parceiros, em uma proporção onde predominava o trabalho familiar. Na situação atual, em algumas propriedades mantém-se a combinação anterior e em outras a parceria foi substituída pelos trabalhadores assalariados. No entanto, o emprego de trabalhadores assalariados ocorre em determinadas culturas, como a do morango, alho e batata;
- A comercialização está intimamente relacionada com o tipo de exploração, tornando-se mais intensiva após 1970, quando foram introduzidas as culturas de alho, morango e batata.

Sobre a gestão da propriedade, um fato marcante observado através da pesquisa foi a presença, entre os produtores, de um grande número de jovens e do trabalho feminino na comunidade, sendo que estes participam ativamente, na gestão e posse da terra, bem como na exploração das culturas desenvolvidas nas propriedades.

QUADRO 4 - Características gerais das unidades de produção da comunidade de Cruz Alta (1970).

Variáveis	Períodos	
	Anterior a 1970	Após 1970
Grau de Capitalização		
Alto		X
Médio		
Baixo	X	
Relações de Produção		
Assalariada		X
Familiar		X
Familiar/ pequena participação		X
assalariada		X
Familiar/ Parceiros	X	X
Comercialização da Produção		
Alta		X
Baixa	X	
Atividades		
Subsistência	X	
Comercial		X
Área		
Minifundio	X	X
Modular		

FONTE: Dados da Pesquisa

Quanto ao número de pessoas que vivem na comunidade, os dados disponíveis indicam um total de 660 indivíduos. O Quadro 5 apresenta a distribuição destes indivíduos quanto a faixa etária, sexo e local de residência. Estes dados mostram que 100% da população de Cruz Alta reside no meio rural e que 56% são compostos por jovens com idade de até 21 anos.

QUADRO 5 - Caracterização da população da comunidade de Cruz Alta segundo a faixa etária, sexo e local de residência, 1985.

FAIXA ETÁRIA	SEXO		?	RESIDÊNCIA	
	MASCULINO	FEMININO		URBANA	RURAL
até 6 anos	64	42		-x-	106
07 - 14	61	70		-x-	131
14 - 21	70	63		-x-	133
21 - 50	121	103		-x-	224
50 ou mais	37	29		-x-	66
TOTAL	353	307		-x-	660

Fonte: Fundo de Desenvolvimento de Comunidade - FUNDEC/Banco do Brasil. (1985)

4.2 As Propriedades

Cruz Alta apresenta características topográficas e de estrutura fundiária que em muito a diferenciam das condições encontradas no município. Neste ítem, busca-se detalhar essas

condições, pois um dos fatores responsáveis pelo atual estágio de desenvolvimento existente nesta comunidade refere-se à estrutura física da região e em específico, da área da comunidade (Quadro 6).

Predomina na comunidade de Cruz Alta áreas onduladas, o que permite a utilização de técnicas como a mecanização (Quadro 6). Observa-se, também, a existência de pequenas parcelas de áreas planas (20%) e inexistência de áreas montanhosas. A partir dessas condições, pode-se concluir que a exploração agrícola pode ser realizada em toda a extensão da comunidade, embora a composição do tipo de solo, (latossolo vermelho), demande necessariamente o uso de insumos diversos, como fertilizantes, adubação intensiva e de uma prática conservacionista constante.

QUADRO 6 - Características topográficas do município de Pouso Alegre e da comunidade de Cruz Alta.

Característica (Áreas)	Município (%)	Comunidade (%)
Plana	30%	20%
Montanhosa	10%	-x-
Ondulada	60%	80%
Total	100%	100%

Fonte: Prefeitura Municipal de Pouso Alegre, 1988.

Em termos de estrutura fundiária, a área dessa comunidade está distribuída em um total de 48 propriedades, conforme o Quadro 7.

QUADRO 7 - Estrutura fundiária da comunidade de Cruz Alta, 1988.

Área/Hectare	Proprietários	Percentagem (%)	Perc. (%) Acumulada
0 5	19	40	40
5 10	07	15	55
10 20	11	23	78
20 30	03	06	84
30 50	03	06	90
50 100	03	06	96
100 150	02	04	100
Total	48	100	-x-

Fonte: Prefeitura Municipal de Pouso Alegre (1988).

Observa-se que 40% dos proprietários possuem áreas inferiores a 05 hectares (Quadro 7). Este fato implica na idéia de que elas são utilizadas de forma intensiva, caso desenvolva culturas nestas propriedades. Observa-se também que 84% dos proprietários possuem áreas inferiores a 30 hectares e que apenas 16% com 30 ou mais hectares (Quadro 7), estão dentro do módulo fiscal da região (30 hectares). Assim, pode-se concluir que para o desenvolvimento e manutenção em condições ideais da atividade agrícola nessa comunidade, é necessário a utilização de modernas técnicas, acompanhada de uma orientação por parte de agrônomos e técnicos de instituições públicas ou privadas.

4.3 As Culturas

Conforme foi descrito no ítem anterior, a comunidade possui, em toda a sua área, condições para o desenvolvimento da prática agropecuária. Assim, encontramos na mesma o desenvolvimento da olericultura e da fruticultura, dadas as condições edafo-climáticas propícias, e da pecuária em menor escala, haja vista que 78% das propriedades possuem uma superfície inferior a 20 hectares. O desenvolvimento da hortifruticultura contribui decisivamente para a manutenção econômica desses produtores, destacando-se o morango que é cultivado pela totalidade dos produtores. Além do morango, são desenvolvidas as culturas de arroz, de feijão, mandioca, tomate, batata e alho, além de hortaliças em geral. O cultivo destas últimas obedece a uma racionalidade ditada pela cultura do morango ou do alho. Nesta pesquisa foi observado que as culturas podem ser divididas em três grupos (Quadro 8).

O primeiro pode ser definido como o das culturas que têm como objetivo principal atender ao consumo do próprio agricultor, a comercialização só ocorre caso haja excedentes na produção. Quando os excedentes são comercializados, isto se verifica geralmente na propriedade produtora.

O segundo grupo observado, era composto pelas culturas de valor comercial, visando exclusivamente ao mercado. A

comercialização é feita através de negociação direta entre produtores e intermediários, sendo que estes podem ser atacadistas com depósitos na região, ou compradores que negociam nas próprias propriedades produtoras. Estes últimos são denominados, na região, de mascates ¹⁶.

O terceiro grupo observado refere-se à cultura da batata, com relativo valor comercial, porém desenvolvida por arrendatários, sendo que poucos são os proprietários que operam com este tipo de cultura. A sua comercialização dá-se usualmente antes da própria produção.

QUADRO 8 - Distribuição das culturas, conforme as categorias.

GRUPO I	GRUPO II	GRUPO III
ARROZ FEIJÃO MANDIOCA MILHO	ALHO MORANGO OLERICULTURA	BATATA

Fonte: Dados da Pesquisa

Além das características citadas, observou-se a existência de trabalho distintos nos diversos grupos. Nos grupos I e II, verifica-se que o trabalho em família é mais comum. No

segundo, ainda é incorporado o trabalho de terceiros, nas formas do assalariamento e/ou de "meação". Analisando o terceiro grupo vê-se que o trabalho assalariado é a base do processo de produção.

A pecuária ocorre em menor escala e visa a produção de leite que tem como objetivo básico atender às necessidades domésticas. Apenas uma propriedade tinha na pecuária leiteira uma substancial fonte de renda. O produto era comercializado junto à cooperativa de Pouso Alegre e mesmo assim, o proprietário não possuía mais que 50 cabeças de gado, em uma área de 40 hectares. Nesta propriedade ainda eram exploradas as culturas presentes no grupo II.

4.3.1 A Cultura do Morango

A cultura do morango foi introduzida no início da década de 1970, incentivada por um comerciante de São Paulo, que via na região as condições propícias para a sua produção. Os agricultores entendem que o cultivo deste produto foi um dos principais fatores responsáveis pelo atual estágio de desenvolvimento em que se encontra a comunidade. Segundo os agricultores, o morango pode ser cultivado em áreas relativamente pequenas (geralmente inferiores a 2 hectares) e possui um alto valor comercial, garantindo-lhes uma taxa de retorno suficiente para mantê-los enquanto agricultores¹⁷.

Ao nível das relações de trabalho, tal tipo de cultura privilegia o uso do trabalho familiar ou associativo, uma vez que se trata, também de uma cultura altamente sensível às variações climáticas e às condições do solo, exigindo, portanto, técnicas que demandam ampla utilização de fertilizantes, e o uso de irrigação ¹⁸. Ao lado destas exigências, há necessidade de uso de mão-de-obra intensiva. Em alguns casos, a cultura é desenvolvida com base no trabalho familiar, onde o proprietário com os demais familiares desenvolvem todo o ciclo da produção do morango. Nesta situação, também foi observada a incorporação de trabalho de terceiros na forma de assalariamento, sendo que estes trabalhadores possuem geralmente uma estreita ligação com a família contratante.

Em outros casos, tem-se o processo de "parceria" ou "meagem", onde o dono da terra fornece o solo preparado para o plantio, as mudas e os insumos necessários à produção. O plantio e os tratos culturais referentes ao ciclo da cultura são assumidos por uma família de agricultores, sendo que, no final do processo produtivo, os ganhos, após serem descontadas as despesas com a produção, são divididos entre as partes ¹⁹.

A produção de morango em Cruz Alta nos últimos anos está relatada no Quadro 9:

QUADRO 9 Área cultivada, produção total e produção média, Cruz Alta, 1985-1990

ANO	Área cultivada	Produção t	Média t
1985	70	2.450	35
1986	80	1.760	22
1987	110	3.300	18
1988	80	2.460	31
1989	90	2.400	27
1990	140	5.600	40

Fonte: Escritório Local EMATER de Pouso Alegre, 1990.

4.3.2 Outras Culturas

Embora o morango constitua uma das principais atividades agrícolas em Cruz Alta, outras culturas também são desenvolvidas, tanto para fins comerciais e consumo doméstico.

Observou-se na comunidade a existência de vários ciclos produtivos, abrangendo todos os meses do ano, conforme fluxograma da Figura 8.

As culturas comerciais como o alho, a batata e o morango, têm os seus ciclos de produção nos mesmos meses.

O alho representa uma importante fonte econômica na região²⁰ e em Cruz Alta, ele é utilizado como alternativa para a cultura do morango.

Embora a cultura de alho também requeira uma grande atenção por parte dos agricultores, esta atenção é bem menor do

que a exigida pelo morango. Além disto o cultivo de alho demanda menor quantidade de mão-de-obra.

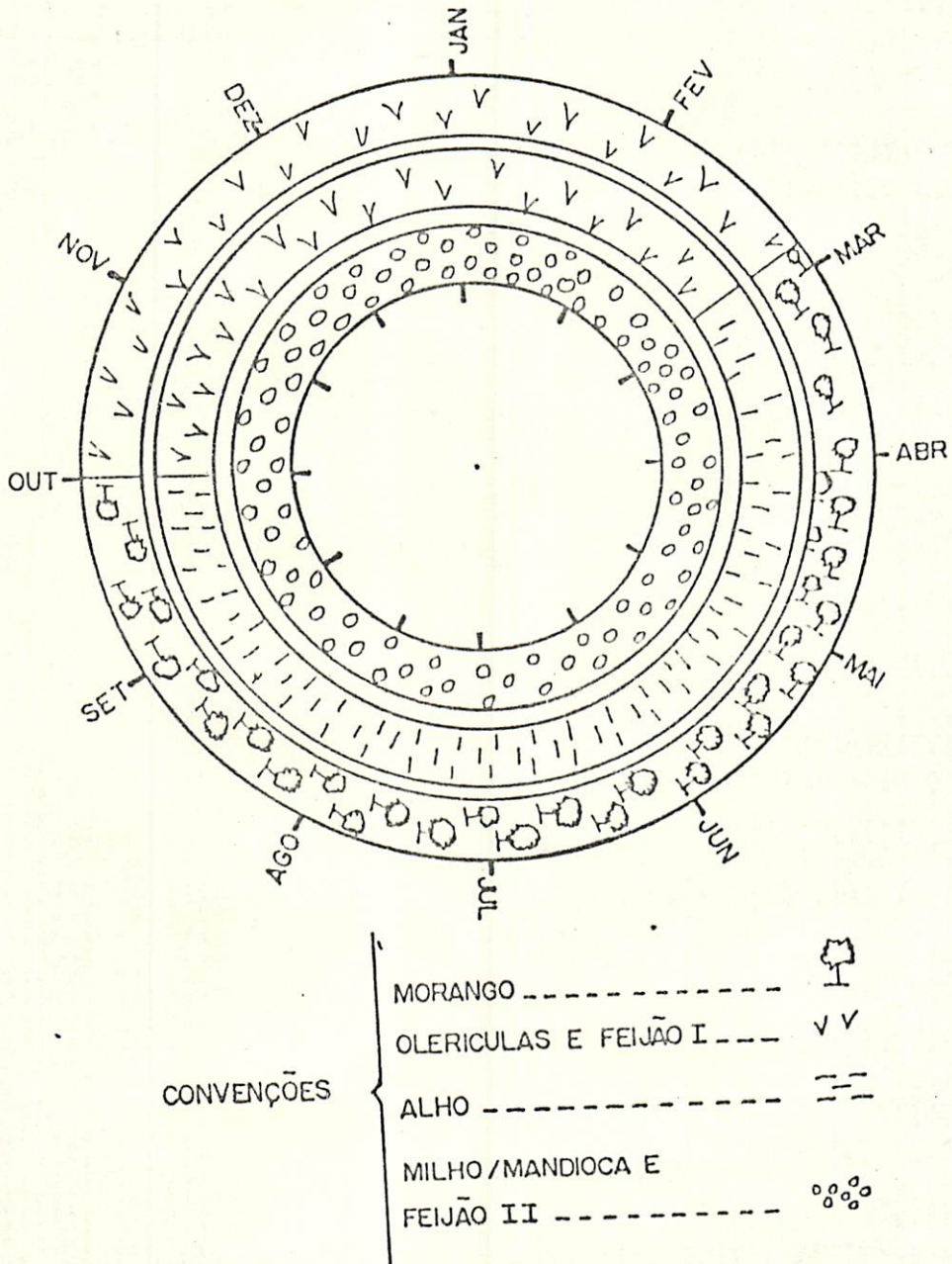


FIGURA 8: Ciclo da culturas na comunidade de Cruz Alta.

A batata é outra importante fonte de renda na região. Na comunidade estudada, esta cultura é desenvolvida de duas formas. A primeira, refere-se ao cultivo desenvolvido pelo próprio dono da terra. A segunda, refere-se ao processo de arrendamento a terceiros, sendo esta a forma predominante. No entanto, a batata demanda menos mão-de-obra, se comparada com o morango e alho. A cultura da batata oferece um menor lucro líquido ²¹.

Outra fonte de renda é a olericultura. Ela completa o ciclo das culturas do morango e do alho, ou seja: é no final da produção dessas duas culturas que se inicia a produção das olerícolas, utilizando-se as mesmas áreas em que anteriormente foram cultivados o morango e alho. A produção olerícola possui também um caráter comercial e visa o abastecimento das cidades vizinhas.

Arroz, mandioca e milho são culturas típicas de subsistência, geralmente cultivadas em áreas não ocupadas com as culturas de morango, alho, batata e olerícolas.

4.3.3 Impactos das Culturas Sobre os Recursos Naturais

A figura 8, fluxograma dos ciclos das culturas, mostra que existe, em Cruz Alta, uma utilização intensiva dos recursos naturais. Entretanto, o risco da contaminação das águas e o esgotamento do solo em decorrência da intensiva utilização de defensivos químicos e do cultivo ininterrupto em uma mesma área, ainda não foram claramente percebidos pela maioria dos

produtores.

No período de realização da pesquisa de campo, foi regulamentado, na região, o uso do receituário agrícola para a utilização de defensivos, em específico para a cultura do morango. Este receituário obteve uma ampla aceitação por parte dos agricultores. Um dos fatores que contribuíram para esta aceitação, foi uma reportagem sobre a cultura do morango, realizada por uma emissora de televisão e transmitida para todo o país. Esta reportagem gerou uma ampla discussão sobre a qualidade do produto, principalmente quanto aos tipos de agrotóxicos utilizados nessas lavouras. Tal situação é ilustrada no depoimento de um dos entrevistados:

"Pegou todo mundo de calça curta, eles a EMATER e a SEAPA tinham que ter avançado na frente, tomado as providências antes que a televisão entrasse. A emissora quase desmantela tudo que estava montado há tantos anos, eu acho que é uma competência da SEAPA, porque eles tinham que estar a par daquilo." (Entrevista julho de 1990).

A importância desta reportagem está na crítica quanto ao uso indiscriminado de alguns defensivos químicos e no impacto negativo que causavam nos recursos naturais, como também no comprometimento da saúde dos agricultores e consumidores.

Continuando a entrevista com o agricultor da declaração acima, este foi indagado sobre a degradação do solo e contaminação dos córregos pela cultura do morango. Este entrevistado entendia que o morango causa pouca degradação e que os riscos maiores se verifica no cultivo da batata:

"Não existia.

A degradação do solo é muito pouca, porque o morango não dá degradação do solo, o que degrada muito o solo é a batateira, que pega área grande, a área do morango é sempre pequena e não dá. Até o momento não vimos uma água poluída, agora, a batata é feia." (Entrevista julho 1990).

Embora o entrevistado entendido esse que era apenas a cultura da batata a responsável pela poluição e degradação dos recursos naturais, foi dele o seguinte depoimento:

"O morango dá em cima do defensivo, geralmente dá em cima do defensivo, qualquer terra dá morango. O Senhor planta nesta região na beira do brejo, se a terra for seca produz nas partes mais altas, mandou água o morango quer química e água." (Entrevista julho 1990).

A partir da fala deste entrevistado, deduziu-se que ele associava a gravidade ou não do uso de agrotóxico sobre o ambiente às dimensões da área sob cultivo.

Observando-se que as principais culturas desenvolvidas na comunidade são, em ordem de importância, o morango, o alho, olerícolas e a batata e que três delas demandam amplamente o uso de produtos químicos, entre os quais os agrotóxicos, pode-se concluir que o crescimento agrícola na região, em maior ou menor grau, tende a agravar a contaminação da água e do solo, bem como causar danos à saúde dos agricultores, das populações vizinhas e dos consumidores dos produtos agrícolas.

4.4 Programa Municipal de Microbacias do Córrego da Estiva

O Programa Municipal da Microbacia do Córrego da Estiva (PMMH), comunidade da Cruz Alta, município de Pouso Alegre, é derivado de uma série de trabalhos de conservação do solo iniciados a partir de 1982. Paralelamente aos trabalhos técnicos de conservação, as bases de uma consciência associativa necessária a este tipo de trabalho já existiam na comunidade há mais de 10 anos. Elas se originaram de diversas atividades realizadas por órgãos oficiais, notadamente o setor de bem estar social da EMATER local que, em conjunto com a comunidade, participou da discussão e do planejamento de diversas obras comunitárias.

Sobre estas obras, é importante observar que a comunidade já possuía, antes da implantação do PMMH um relativo conjunto de benfeitorias na área social, como por exemplo a construção de um centro social, um posto médico e uma igreja. Posteriormente, foram construídos um posto telefônico, um gabinete odontológico, um galpão da Associação dos Produtores de Morango e o posto médico foi remodelado. Segundo declarações de extensionistas e produtores houve o envolvimento ativo da comunidade na implantação dessa obras.

Embora as atividades relatadas anteriormente não estejam diretamente relacionadas com o Programa, estas informações procuram mostrar a existência de uma mobilização por parte dos agricultores da comunidade de Cruz Alta para obtenção

de obras que lhes proporcionassem bem estar social. Tal mobilização foi percebida pelos órgãos promotores do programa de Microbacias como um fator favorável para a sua implantação nesta área. Dessa forma, a Prefeitura Municipal de Pouso Alegre manifestou o interesse em participar do programa, apresentando as seguintes justificativas:

- a) área possuía grande concentração de pequenos produtores, usando mão-de-obra familiar;
- b) área possuía uma significativa produção de alimentos para comercialização;
- c) apresentava riscos de degradação dos recursos naturais renováveis;
- d) os cursos d'água eram usados para irrigação e abastecimento doméstico;
- e) os produtores em sua totalidade trabalhavam em pequenas áreas irrigadas, dedicando-se principalmente à horti-fruticultura;
- f) a rodovia Fernão Dias era um divisor físico da comunidade e a microbacia seria implantada à esquerda, no sentido Belo Horizonte/São Paulo; assim, as pessoas poderiam observar os trabalhos ali executados, o que propiciaria e facilitaria a sua divulgação.

4.4.1 O Programa e os órgãos Envolvidos

Alguns órgãos concorreram decisivamente para que este Programa se concretizasse, além da Prefeitura Municipal de Pouso Alegre, a Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais (SEAPA-MG), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-MG), a Fundação Rural Mineira - Colonização e Desenvolvimento Agrário (RURALMINAS), o Fundo de Desenvolvimento Comunitário (FUNDEC) foram os mais citados pela maioria dos entrevistados.

A prefeitura Municipal foi certamente a grande responsável pelo Programa Municipal de Microbacia, uma vez que além de manifestar o interesse pela implantação deste programa, também foi a sua principal mantenedora. Segundo relato de um dos agricultores beneficiados pelo programa, ela foi a única que cumpriu integralmente os encargos financeiros anteriormente combinados entre os governos estadual, federal e municipal. Foi também a responsável pelo bom estado de conservação das estradas vicinais, pela construção de diques de retenção d'água e pela cessão de tratores para a área de abrangência do programa. Sintetizando, no relato de um dos entrevistados, tem-se:

"Aqui a Prefeitura Municipal deu a mão prá nós, forneceu trator de esteira para fazer estas bacias de captação na beira das estradas e nas vertentes." (Entrevista, julho 1990).

À Secretaria de agricultura (SEAPA) coube o papel de ser a responsável institucional pelo Programa a nível local. A ela coube a unificação dos diversos órgãos envolvidos, sendo a responsável direta pelas obras técnicas, tais como a implantação de curvas de nível, terraços, represas e pontos de captação das águas da chuva. Foi também de responsabilidade deste órgão responder pelos encargos financeiros por parte do estado e da união.

A EMATER, através do seu escritório local de Pouso Alegre, teve como função a conscientização da importância do Programa. Essa função coube à EMATER, uma vez que as atividades de assistência técnica e de bem estar social prestadas por esta empresa pública à comunidade, eram antigas, existindo, deste modo, um estreito laço de confiança entre os extensionistas (principalmente aqueles que atuavam nesta áreas de bem estar social) e os membros da comunidade ²². Na coleta de dados, inúmeras foram as referências feitas sobre o trabalho deste órgão:

"A nossa comunidade aqui era precária, era uma comunidade de povo de classe pobre, mas tudo trabalhador. Agora depois com as técnicas da EMATER 'sou muito a favor do trabalho da EMATER' eu orgulho muito do trabalho da EMATER e da Secretaria porque eles dá assistência (...)." (Entrevista julho 1990)

O Fundo de Desenvolvimento Comunitário, órgão do Banco do Brasil, foi outra organização que contribuiu para a

implantação do programa. Embora não estando ligado diretamente a este, muitas de suas atividades facilitaram e integraram as ações deste programa.

O outro órgão citado pelos agricultores foi a RURALMINAS. Este órgão respondeu pelos trabalhos de drenagem de córregos e brejos. Porém, devido a crise que esta instituição passava à época da pesquisa, poucas foram as informações obtidas sobre a ação das equipes de trabalho envolvidas no programa ²³.

O Programa Municipal de Microbacias do Córrego da Estiva abrangeu uma superfície de 1.394 hectares e envolveu 90 famílias, sendo a maioria de pequenos produtores. Consta no inventário de obras executado, as seguintes realizações:

- a recuperação de 18 quilômetros de estrada;
- a construção de 120 hectares de terraços;
- a construção de bacias de captação de águas pluviais em um total de 120 unidades;
- algumas represas em áreas de produtores.

5. ESTRATÉGIAS UTILIZADAS NO PROGRAMA MUNICIPAL DE MICROBACIAS E NAS OBRAS COMUNITÁRIAS

Feita a descrição da estrutura físico-produtiva dos tipos de produtores da comunidade e identificados os órgãos envolvidos no programa Municipal da Microbacia do Córrego da Estiva, o objetivo deste capítulo é interpretar e analisar o processo de participação dos produtores no planejamento do Programa e nas obras comunitárias realizadas.

A análise e interpretação dos dados está fundamentada no modelo teórico apresentado no capítulo 3. A metodologia desdobra-se em duas partes: a primeira refere-se à análise e discussão das informações sobre o Programa Municipal de Microbacia do Córrego da Estiva, enquanto que, a segunda refere-se às obras comunitárias.

Esta metodologia visa comparar a participação dos agricultores nas obras comunitárias e nos Programas e analisar, através do modelo proposto quais seriam as diferenças fundamentais entre estas duas situações.

5.1 Estratégia de Participação no Programa Municipal de Microbacia

Nesta seção, procurou-se articular as informações fornecidas pelos produtores entrevistados sobre o Programa de Microbacia. Com respeito a esta articulação, é importante frisar que o modelo utilizado é um instrumento racional de análise que visa compreender e explicar a realidade social, através das ações participativas. Todavia, deve-se considerar a possibilidade desse modelo não incluir toda a complexidade de tais ações.

As entrevistas fundamentaram-se na identificação dos dados:

- Como o problema foi identificado, qual era a sua origem e como os agricultores participaram da sua identificação;
- Como se deu a formulação da estratégia de ação, através do levantamento da definição dos objetivos, dos meios empregados pelos agricultores;
- Como estes viam os resultados e qual a sua importância;
- Como estes avaliavam o resultado das ações executadas e como participavam dessa avaliação.

5.1.1 O Problema

A origem do Programa de microbacia na comunidade é entendida pelos agricultores como um fator externo ao grupo e à

comunidade. Assim foi comum entre os entrevistados que a idéia de que este originou-se através dos órgãos públicos, conforme os relatos abaixo:

"Emater, mais a Ruralminas, trouxe a idéia de iniciar o trabalho de microbacia em nossa comunidade". (Entrevista julho, 1990)

"A idéia veio do Estado, através do engenheiro da secretaria da Agricultura. O estado tinha dinheiro, eles vieram, olharam para a região e acharam muito bom". (Entrevista julho, 1990)

Sobre a origem, um dos extensionistas entrevistados sintetizou do seguinte modo:

"A microbacia nasceu porque tinha o Programa e a comunidade foi receptiva a ele, principalmente pelo aspecto conservacionista". (Entrevista junho, 1990)

Embora o Programa seja de natureza externa, observou-se que não houve imposição à comunidade, tendo havido uma fase de consulta e discussão, anterior a sua implantação conforme o relato de um dos agricultores entrevistados:

"E ela [Secretaria da Agricultura] consultou, fez uma reunião. Tem este plano é assim, é bom. A turma aceitou, mediram a população. Eu saí com o engenheiro (...) fizemos um levantamento e percebemos que dentro de uma área pequena tinha muita gente, precisava de melhoria". (Entrevista julho, 1990)

Na medida em que os agricultores compreendiam e interpretavam o que vinha a ser o Programa, eles o associavam as

suas necessidades, visando, deste modo, superar os diversos problemas existentes na comunidade. A erosão do solo, a redução de mananciais d'água, a perda de cobertura vegetal eram problemas do cotidiano destes agricultores, e na medida em que vivenciavam esta situação, acabavam percebendo, interpretando e propondo soluções.

No início estes agricultores não possuíam um conhecimento exato do que vinha a ser uma microbacia ou o que preconizava o Programa. Porém, na medida em que estes praticavam as ações de conservação preventiva do ambiente, acabavam associando e trabalhando com a noção do que vinha ser microbacia, dessa forma, os agricultores definiam e associavam o conceito de Microbacia à prática. E entre os entrevistados foi comum a seguinte definição:

"Eu sei que microbacia é para evitar erosão";
(Entrevista julho, 1990)

"Microbacia é para captação de água, represa, reflorestamento". (Entrevista julho, 1990)

"Aqui é uma área de quase pequenos e poucos médios produtores, grande não tem. Eu gosto da idéia de microbacia, eu acho que se todos pegassem esta idéia ia ser ótima coisa, porque conservação do solo é muito importante para nós. Aqui nossa terra dá erosão é fofa". (Entrevista julho, 1990)

5.1.2 Definição dos Objetivos e dos Meios

Observou-se que o estabelecimento dos meios para superação do problema originava-se muito mais dos técnicos envolvidos no Programa do que dos agricultores. Dois fatores podem explicar o maior envolvimento dos extensionistas:

O primeiro, refere-se à natureza técnica requerida pelo Programa, pois muitas das ações prescindiam de conhecimentos específicos, tais como tipo, constituição e topografia do solo. Assim, se o domínio da técnica era comum entre os extensionistas envolvidos, entre os agricultores entrevistados esses conhecimentos eram entendidos como difíceis e complexos para a sua realidade. A curva de nível e o terraço foram exemplos de técnicas largamente utilizadas na área do Programa, sendo que no início estas eram definidas e implantadas geralmente pelos extensionistas. Entre os agricultores entrevistados observou-se que a maioria desconhecia e evitava a utilização destas técnicas. Com a implantação das primeiras curvas, houve resistências e desinteresses por parte dos agricultores que as identificavam como uma solução externa. Este fato evidenciou-se nos relatos de um dos entrevistados:

"A curva de nível sempre falávamos, quando vieram fazer, nunca tivemos uma experiência ou vimos. Rasgarem o solo e fizeram drenamento. Foram deles a idéia".
(Entrevista julho, 1990)

O segundo fator refere-se as práticas de conservação coletiva, onde o grau de adesão dos proprietários a este tipo de técnica, notadamente as que se referiam ao solo, era baixo. O conceito de desenvolvimento fundamentado na utilização de técnicas integradas, que transcedia as propriedades, não encontrava suficiente sustentação entre eles.

Assim, a definição dos objetivos e dos meios para a ação fundamentava-se geralmente na propriedade individual, uma vez que as ações coletivas, que propunham a retirada das cercas entre propriedades, não eram aceitas. Quanto a isto, observou-se que um grande número de agricultores resistia à idéia e este número aumentava na medida em que fosse menor a área da propriedade.

A definição dos objetivos e o emprego dos meios para conservação do solo eram definidos pelos extensionistas e quanto maior fosse o porte da obra maiores também eram as resistências dos agricultores:

"Falavam da curva de nível para evitar erosão, para não contaminar os peixes (...). Eu não fiz porque a curva de nível de 20 em 20 metros ia me fazer "nossa senhora", perder muita terra." (Entrevista julho, 1990)

Sob a definição dos objetivos e dos meios quanto aos recursos hídricos, a disposição para participar na superação do problema era comum tanto entre os agricultores quanto entre os técnicos. Dois motivos influenciavam tal postura:

- O primeiro refere-se à demanda de grandes volumes d'água para as culturas;

- O segundo refere-se à erosão laminar provocada pela água da chuva com ocorrência em toda região, obrigando o envolvimento de todos proprietários neste tipo de trabalho.

Embora os agricultores participassem na definição dos objetivos e dos meios para a superação do problema, o objetivo final tendia a refletir a maior influência dos órgãos envolvidos. Isto ocorria porque os recursos subsidiados, quando não a custo zero, ofertados a estes agricultores para participação no Programa, eram um poderoso instrumento de adesão. A maioria dos entrevistados pouco ou nada sabiam quanto à origem desses recursos, e em um dos relatos observou-se o seguinte:

"A proposta que fizeram ai é que não iam cobrar nada não. Eu não tenho certeza, foi o Sr. "João" que explicou. Acho que quem pagava era a Prefeitura Municipal".
(Entrevista julho, 1990)

Mesmo a custo zero, isto não implicou a total aceitação às obras por parte dos agricultores; resistências e críticas, com a finalidade de mudar o plano inicial, ocorreram:

"(...) se eles fizessem um bacia [de captação pluvial] na entrada de minha casa, como é que eu ia entrar para chegar aqui então se eles quisessem fazer o lado de cima tudo bem". (Entrevista julho, 1990)

"Eles definiam, demarcavam, eu mesmo pedi uma mudança, o terreno era pouco, fizeram uma bacia de captação, foi bom evitava inundação".. (Entrevista julho, 1990)

Neste processo as resistências e as críticas não eram os únicos mecanismos que os agricultores utilizavam, o veto à

execução das obras ou à destruição das benfeitorias, já implantadas, também ocorriam:

"Ele [agricultor] não quer. Acredita que este Programa pode prejudicar ele, é o caso da lavoura de moranguinho. (...) Eles [produtores] acham que aquela curva de nível vai atrapalhar o encanteiramento da lavoura, muita gente acha custoso o outro [terceiros] entra. Um pequeno lavourista de batata [terceiro], já entrou no meu terreno, eu mesmo já desmanchei curva de nível, o batateiro plantou, eu fiz de novo. Mas tem gente que não quer isto, tem gente que fez curva de nível, né, aquele terreno fica cheio de buraco porque a área é pequena, não interessou, houve um veto nesta parte contra estes órgãos que vieram fazer". (Entrevista julho, 1990)

5.1.3 OS Resultados

Os resultados das ações, representam a terceira fase de análise. Observou-se que a decisão sobre os meios e sobre a ação, apresentava um elevado grau de participação dos extensionistas. Porém, na medida em que as ações eram absorvidas pelos agricultores, ocorria, paralelamente, um processo de conscientização tanto por parte dos agricultores envolvidos, como por parte daqueles que não foram incluídos no programa. Assim, os resultados constituem um indicador da aceitação das obras do Programa.

"Beneficiou sim, eu acho que deu certo. Aqui na minha propriedade vinha bastante erosão e hoje não vem, eu acho que fui beneficiado, reduziu em 70% ou mais, beneficiou muita gente". (Entrevista julho, 1990)

"A gente ia, pedia para tirar as águas, mas geralmente éramos nós mesmos que fazíamos, fazia um corte. Depois que surgiu a curva de nível que as coisas começaram a melhorar (...). Aonde é área de cultivo temos boa produção. Parece que segura umidade, não ocorre enchorrada, a terra fica". (Entrevista julho, 1990)

Na visão dos agricultores excluídos, o resultado das obras possui um duplo efeito: o primeiro refere-se ao efeito positivo destas técnicas e o segundo refere-se ao efeito de demonstração:

"Eu pedi ao engenheiro para vir aqui, antes que comece a erosão né (...) do lado de lá alguém não quiseram, como o meu sogro e ficaram no canto, mas a terra da microbacia são um paraíso, porque as técnicas e trabalhos vem para eles primeiro, se a gente quiser tem que pagar". (Entrevista julho, 1990)

Assim, o resultado na medida em que representa a realidade concreta do Programa, tem um duplo sentido. De um lado pode ser um instrumento para conscientizar todos os agricultores quanto à importância das técnicas empregadas ao mesmo tempo em que possibilitava a redução das resistências entre estes; e de outro, serve como efeito demonstrativo das obras para os agricultores de outras regiões do Estado.

5.1.4 A Avaliação

A avaliação é o último componente do modelo de análise, sendo que nesta fase foram observadas algumas dificuldades, para um melhor desenvolvimento do Programa. Estas dificuldades tiveram origem internas e externas ao grupo.

Entre as dificuldades de origem interna, a abrangência do Programa foi um fator detectado, uma vez que o perímetro de ação deste era inferior à área total da comunidade, de forma a excluir compulsoriamente um bom número de agricultores dos recursos e das técnicas do Programa.

Este fato é importante uma vez que as culturas, as técnicas e o relevo da região eram comuns a toda comunidade. Assim, os problemas vivenciados, também, eram iguais tanto entre os agricultores assistidos pelo Programa quanto entre os não assistidos.

Esta distorção afetou seriamente a organização dos agricultores, principalmente quando a mobilização visava ações que requeriam práticas coletivas, pois diminuía o grau de solidariedade entre os agricultores na resolução dos problemas comuns. Embora, inicialmente ampla maioria dos agricultores relatasse não haver conflitos de interesse, além de frisar a grande união existente, em alguns discursos eles mostravam uma realidade contrária:

"Não, não vou dizer que causa problema, mas do outro lado, não sei se é fogo de palha. Parece que uns proprietários ficou mais sentido de eles não estar enquadrado na microbacia, parece que alguns de lá estão interessados (e falam) Ah! Porque não criou microbacia também do nosso lado, criou só do outro a gente se interessava". (Entrevista julho, 1990)

Entre os agricultores não assistidos, o critério de implantação do Programa é também criticado:

"Lá tem mais política, falar a realidade o Prefeito na época através do Sr. "João" tinham mais relação e então conseguiram. Beneficiou mais o lado de lá, cá reclamávamos mas não conseguimos. Acredito que foi uma questão política. Prá cá não, o plano já veio dirigido". (Entrevista julho, 1990)

No trabalho de campo observou-se que as críticas dos agricultores não atendidos era pertinente, uma vez que o Programa realmente vinha dirigido e a escolha da área deu-se em função da localização para demonstração, optando pela proximidade da rodovia Fernão Dias.

A solidariedade entre os agricultores na comunidade foi outro fator afetado, uma vez que todos participavam das reuniões, porém, dado o reduzido número de agricultores assistidos, criaram-se dois grupos, um com direito automático sobre as ações, por possuir terras na área de abrangência e outro que participava e reivindicava sem contudo ser assistido. O reconhecimento da participação dos "produtores excluídos" nas reuniões pode ser evidenciado no depoimento de um dos "agricultores atendidos":

"Quase em todas as reuniões a frequência é deles [excluídos]. Eles participavam muito mais que o povo que está na microbacia nas reuniões". (Entrevista julho, 1990)

Os "agricultores não atendidos" tinham a seguinte visão quanto a sua própria participação:

"Então a gente se compara assim como um time de futebol, lá no campo e a gente tá lá no alambrado e podia tá jogando no mesmo time e só tem que assistir da pista prá cá. A gente não tem acesso a microbacia (...). Eu considero um jogador do time assistindo a partida de fora, vendo a turma marcar gol do jeito que quer, tomar gol de onde vier e não posso participar da partida porque não tenho terra lá". (Entrevista julho, 1990)

Outro fator que afetava não apenas a solidariedade mas também a participação e mobilização entre os agricultores atendidos e os órgãos gestores, era o cronograma de obras, aliado à escassez de recursos:

"(...) no terreno que precisava a curva de nível era meio alqueire de chão, era para o trator dar um acertada e depois fazer a curva. Era a Ruralminas pegou outro emprego e deixou de fazer, ficou sem curva de nível". (Entrevista julho, 1990)

"(...) diz que tinha verba da secretaria para fazer, prá esta microbacia e eu não sei, só sei que fizeram um serviço para meu vizinho um terraço é o único que vi algum trabalho que foi jogado. Agora não sei se veio mais verba, se só era esta, se esgotou, ou onde foi". (Entrevista julho, 1990)

A falta de verba e de definição de uma política clara no

Programa, gerava desconfiança em vários agricultores. Perguntando a um dos agricultores, membros da Comissão do Programa, como era a definição das obras e destinação das verbas, este expõe:

"Não é discutida com o pessoal daqui não, é discutida com o prefeito". (Entrevista julho, 1990)

Aprofundando sobre com quem o Prefeito discutia, obteve-se o seguinte relato:

"Não sei que é secreto, se é secreto entre eles, eu acho que é. Porque no sentido que a gente pensa é isto. Porque eles falavam tá chegando verba para arrumar o problema de microbacia, no mesmo tempo em que eles começam a trabalhar a verba acabou, que verba é esta, então não chegou coisinha de nada (...) A gente comenta, mas ninguém fala a verdade". (Entrevista julho, 1990)

E quando perguntado sobre como era a reação dos agricultores envolvidos, este novamente expõe:

"Houve um desinteresse da comunidade, É o caso se vier gratis que venha e se não vier grátis que fique por lá mesmo, nos vamos vivendo assim. O sistema do povo parece que é assim. Se der para fazer bem, se não der, amém". (Entrevista julho, 1990)

A partir dos depoimentos acima, pode-se concluir que a falta de uma política clara, no que se refere aos recursos e às obras, tendia a uma mínima participação dos agricultores e à crescente desconfiança destes em relação aos órgãos gestores.

Além da abrangência e da política do Programa, outras

foram as dificuldades que influenciavam o seu desenvolvimento. As resistências por parte dos agricultores às ações coletivas entre propriedades foram também um fator real. Isto pode ser explicado porque alguns produtores acreditavam que perderiam a autonomia sobre a destinação, do uso da terra de sua propriedade, pois as técnicas de conservação e manuseio do solo e água possuem uma ótica de desenvolvimento integrado, não apenas de uma única propriedade, mas de toda região.

A nível externo as dificuldades levantadas referem-se à instável situação vivenciada pelos diversos órgãos públicos, notadamente os estaduais envolvidos no programa. A indefinição de uma política contínua e transparente, trazia reflexos negativos para os agricultores, dentre elas a substancial perda de pessoal, envolvido diretamente com o Programa. A saída dos extensionistas gerava uma situação de descontinuidade nas obras previstas, mesmo considerando a disposição e o interesse dos agricultores de assumir os encargos financeiros ou de iniciar certas obras:

"Disseram que estas nascentes dentro da microbacia eles iam fazer gratuitamente ao produtor, para que conserva-se esta nascente (...). É o meu caso fiz duas represas dentro do meu terreno na divisa com meus confrontantes, depois da criação da microbacia, mas não foi idéia de órgão nenhum, fiz pensando que ia ter mais apoio, este trabalho ia mais avante (...) porque surgiu a idéia que eles iam fazer uma área demonstrativa só que não fez". (Entrevista julho, 1990)

"(...) Fiz financiamento, o dinheiro estava disponível em Ouro Fino, mas o engenheiro disse que a Ruralminas não podia trazer o trator de esteira para fazer. O trator veio fazer em outro (...). Fiquei sem fazer curva de nível. Depois fui até Ouro Fino acertar o empréstimo quando venceu, paguei um pouco. Porque não foi feito mas tinha juros o projeto foi liberado". (Entrevista julho, 1990)

A última distorção observada no desenvolvimento da prática participativa no Programa, refere-se ao seu caráter de unidade demonstrativa a nível estadual. Em condições normais, acredita-se que haveria em nível ótimo, recursos e pessoal, possibilitando, desta forma, o perfeito desenvolvimento do Programa. Além da escassez dos recursos financeiros e humanos, estes, quando disponíveis, se concentravam nas áreas mais acessíveis dentro da microbacia, uma vez que o seu objetivo principal era, segundo relatos de entrevistados e os documentos consultados, de servir como área de demonstração para agricultores e técnicos de outras regiões do Estado. Quanto à apreensão do Planejamento através de sua dimensões racional, valorativa, política e tecno-burocrática, observou-se que dada a natureza do Programa (externa aos agricultores) esta também é externa.

5.1.5 Conclusões Sobre a Estratégia de Ação no Programa Municipal de Microbacias

Através das análises realizadas, buscou-se identificar os níveis de participação interativa ocorrido entre agricultores e extensionistas no Programa de microbacias. Esta interação pode ser transposta para modelo de análises da estratégia de ação, onde a participação na identificação dos problemas, na definição dos objetivos nos meios utilizados e nos resultados são sumarizados na Figura 9, descritos a seguir.

Problema

Percepção.... - os agricultores percebem o problema e são inicialmente receptivos à idéia contida no programa e apresentada pelos extensionistas. Existe, pois, um bom nível de interação entre agricultores e extensionistas.

Interpretação - Embora percebam o problema, poucos são os agricultores que interpretam-no. A participação na tentativa de superá-lo vem muito mais dos extensionistas do que dos agricultores, podendo, assim, considerá-la como uma participação mínima.

Vontade de

resolver

- Os agricultores ainda utilizam técnicas individuais. Alguns resistem em aderir ao Programa, a disposição destes em participar é baixa, cabe ao extensionista o papel de incentivar. O nível de participação aqui acompanha o anterior (participação mínima por parte do produtor).

Solução..... - A necessidade do conhecimento técnico implicou em alta participação dos extensionistas e, baixa dos agricultores. As resistências às obras do Programa são evidentes.

Objetivo..... - Na medida em que os objetivos já vêm definidos externamente pouca é a participação dos agricultores e grande, a dos extensionistas, devido ao seu conhecimento e às orientações externas.

Meios

Escolhidos... - Alta participação dos extensionistas na escolha e baixa participação dos agricultores.

Empregados... - A necessidade de legitimação do Programa induz uma equidade participação tanto de extensionistas como agricultores.

Resultados

- A apropriação do produto da ação, o reconhecimento das vantagens da utilização das técnicas contidas no Programa, propiciaram a elevação da participação dos agricultores.

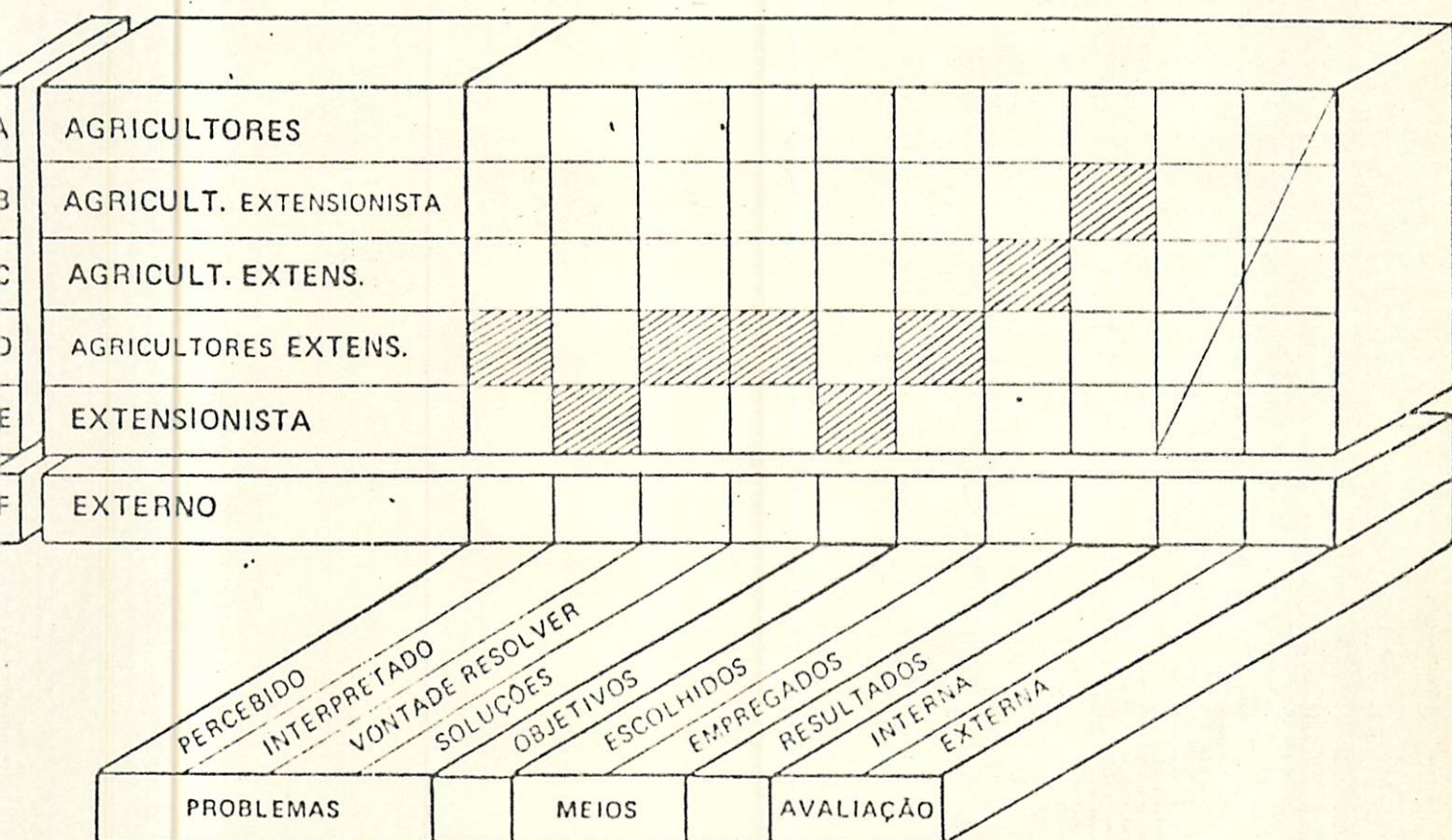


FIGURA 9 Estratégia de Ação: PMMH

5.2 Estratégia de Participação nas Obras Comunitárias de Cruz Alta

Um dos critérios para a definição e implantação do Programa de microbacias era o grau de desenvolvimento econômico-social da comunidade. A comunidade de Cruz Alta possuía, na data da implantação do Programa, um acervo de obras superior às comunidades vizinhas, garantindo, desta forma, uma relativa autonomia da sede do município de Pouso Alegre. O nível de mobilização era também percebido pelos órgãos promotores como superior ao existente nas comunidades vizinhas. Tais fatores foram relevantes para a implantação do programa nesta comunidade. A presente seção tem como objetivo analisar a origem, os objetivos e os meios que a comunidade e os órgãos públicos planejaram e utilizaram na superação dos problemas existentes.

5.2.1 Histórico

O advento da cultura do morango a partir de 1970, na comunidade de Cruz Alta, modificou substancialmente vários padrões na estrutura econômico-social que permaneceram intactos ao longo das décadas anteriores. Essas modificações refletiram nas relações do trabalho, na utilização da terra, Na medida em

que ocorreram essas mudanças, elas propiciaram o surgimento e o fortalecimento de uma categoria de produtores, caracterizado por serem pequenos quanto ao tamanho da área, mas com alto grau de capitalização. Destas mudanças também surgiram várias necessidades e, entre elas, a reivindicação por melhores condições de vida tanto individual quanto coletiva, fortalecendo deste modo as ações de natureza associativa.

A nível individual a conquista do bem estar é associada ao sucesso que agricultores obtêm em suas culturas e em seus negócios. A nível associativo, o melhor bem estar relaciona-se à mobilização da comunidade. Em Cruz Alta, esta mobilização foi um fato real, sendo que as primeiras obras, que datam de 1975, têm sua origem na mobilização coletiva ou no trabalho em bases associativas. Atualmente constam do inventário da comunidade as seguintes obras: uma sede social; um posto de saúde; uma igreja; um gabinete odontológico; um posto telefônico e de correio; um galpão de produtos.

O associativismo possibilitou, nestas obras, uma ativa participação da maioria dos membros da comunidade, que em conjunto com diversos órgãos públicos as consubstanciaram. Notadamente as obras de cunho social, como as da área de saúde, são importantes, não apenas para a comunidade mas para toda a região.

Para que a mobilização ocorresse, garantindo deste modo o trabalho associativo, fatores de natureza interna e externa ao grupo contribuía decisivamente. A nível interno a democratização das decisões, através de discussões entre membros da comunidade,

foi um ponto comum identificado nas entrevistas. Pode-se descrever as seguinte etapas:

- a) As ações eram definidas através de um critério de prioridades. E estas eram discutidas em várias reuniões entre os membros do grupo;
- b) Na medida em que se discutia, nascia o consenso da necessidade entre os membros, o qual garantia a mobilização do grupo em torno da decisão;
- c) O processo de implementação da decisão na comunidade tinha apenas como limite fatores de ordem externa, como a necessidade de orientações técnicas, de apoio ou financiamento das obras, que muito dependiam das instituições públicas.

A nível externo, o último item é destacado, pois muitas das necessidades dependiam mais das ações de órgãos públicos que da comunidade. A área da saúde é um dos exemplos, uma vez que a manutenção de profissionais ligados a esta estava além de sua capacidade.

No processo de decisão e da ação foram observados também influências ligadas à natureza do problema e ao desenvolvimento da comunidade. Na análise das entrevistas dois pontos foram fundamentais para a compreensão do processo de participação e do alcance dos seus objetivos.

O primeiro refere-se à observação que ascendendo econômica e socialmente a comunidade, muitos problemas que eram vivenciados e de difícil solução, tornaram-se agora pontos para

superação, pois a comunidade se mobiliza visando a superação desses problemas. Observou-se que essa comunidade ascendeu de uma consciência ingênua, em direção a uma consciência crítica, onde os membros são capazes de perceberem, interpretarem, formularem soluções, o objetivo e os meios para a sua superação.

A segunda refere-se ao papel exercido pelos agentes externos à comunidade. Discutindo o problema e ajudando na formulação das soluções sem, contudo, intervirem sobre a decisão e a ação do grupo os extensionistas, possibilitaram a emergência entre os membros da comunidade da auto-suficiência na superação dos seus problemas. Ponto importante observado na pesquisa foi o papel exercido pela extensionista de bem estar que, utilizando uma proposta metodológica de natureza participativa nos últimos 16 anos, em muito ajudou a consubstanciar a consciência crítica entre os membros da comunidade de Cruz Alta.

5.2.2 Análise das Obras: O Caso do Centro Social e do Posto de Saúde

Esta seção tem como objetivo descrever e analisar o processo de Participação em Cruz Alta. Através do relato dos entrevistados busca-se comprovar as observações que foram relatadas no item anterior.

O Centro Social e o Posto de saúde foram os objetos escolhidos para a análise, devido ao maior número de relatos fornecidos e por serem essas obras continuamente avaliadas pela comunidade. Obtiveram-se informações sobre as outras obras, não

com tantos detalhes, mas que, ainda assim, propiciaram a compreensão do trabalho associativo nela praticado.

5.2.3 O Centro Social

O Centro Social foi a primeira obra realizada em Cruz Alta. Sua estrutura física é constituída por um amplo salão, onde são realizadas as reuniões, as festas e os cursos na comunidade, conferindo-lhe deste modo o caráter aglutinador. A história da origem desta obra é, assim, relatada por um dos entrevistados como:

"A gente reunia na escola, tinha que pedir ordem à diretora em Pouso Alegre. Era um prédio da Prefeitura e depois que usava, sujava, começou a surgir aquele negócio, não é toda vez que a gente tem um prédio disponível. Então eu acho que o próprio bairro começou a sentir, sabe, eu posso te relatar exatamente como era, já faz algum tempo, não me lembro dessa idéia ter nascido dum órgão, eu acredito que pelas experiências que participava terminava a reunião, tinha que deixar organizadinho, tem que limpar, sabe, tinha isto. Então eu acho que é uma coisa que surgiu junto. Eles, nunca me lembro do órgão ter chegado e falar vão fazer isto, nunca. Eu acho que é uma coisa que a gente faz até hoje, vamos marcar uma reunião; que tá faltando? Que você gostaria? Era uma coisa que a gente fazia sempre, então isto daí é comunidade né, isto é até hoje. Eu me lembro que na época da sede social foi assim, quem quer? A maioria decidiu que a sede social seria melhor, que a igreja. Então a maioria ganhou, então não é uma coisa, e não é jogado. Vamos trabalhar prá festa do morango. O dinheiro dela vai ser para pagar que a maioria escolheu, de repente ele pode até não concordar, mas se a idéia é da maioria ele trabalha".
(Entrevista, Julho, 1990)

Segundo este relato a identificação desse problema partiu da comunidade como também a formulação dos objetivos e meios para superá-lo. Dessa forma, o processo decisório e de ação originaram-se na própria comunidade.

Uma vez que os agricultores percebem, interpretam, e criam soluções, as prioridades são discutidas. A construção do Centro Social foi discutida à luz de outras necessidades vivenciadas. Nesse caso, a Igreja representou o contraponto no processo de escolha:

"A gente trabalhava assim corte e costura, mas tinha que arrumar uma casa emprestada, aí surgiu a idéia da gente construir uma sede própria, surgiu uma divergência, uns achavam que devia primeiro construir uma igreja. O pessoal achou na igreja a gente não vai ter aquela liberdade de reunir sempre, um corte costura, uma coisa e outra, ensinar culinária e depois veio a proposta de um barracão que servisse os dois. O Padre vem, faz a missa. O Padre saiu, é um salão de reunião, você promove festa e aí através disto você arruma dinheiro para construir uma igreja. Tanto foi assim que depois começou a funcionar o Posto de Saúde no próprio salão, foi ampliado e daí a gente usava o salão para vários fins".
(Entrevista, julho, 1990)

Após a identificação e consequente definição das prioridades (os objetivos), os meios são agora definidos: festas, bingos e mutirão. A contratação de terceiros também é outro instrumento usado na superação do problema, bem como a ajuda externa, por exemplo, o apoio da Prefeitura. Porém, a consciência da necessidade de adesão e consequente mobilização é um fator

que os produtores dão grande importância:

"Trabalho com o povo você nunca agrada a todos. Não vou te falar que há 100% de mobilização, mas eu acho que 70 a 80% acontece. Se não, né? Com 50% não se levanta um trabalho. É muito trabalhoso, eu acho que em pouco tempo conseguimos muita coisa, então é que a maioria trabalhou mesmo. São poucos os casos que fulano não concorda e por isto não trabalha". (Entrevista julho, 1990)

O resultado e a avaliação são fases, percebidas pelos moradores. Ao discutirem importância das ações, o processo de avaliação é assumido por todos:

"(...) O Centro Comunitário, os jovens estão fazendo brincadeira para melhorar, porque eles estão percebendo, tanto é que EMATER ou órgão nenhum estão aqui para ajudar. Eles estão fazendo por conta deles, fazem festa, brincadeiras porque eles viram que não tá bom, daquele jeito. Eles querem um som melhor, um salão maior, é uma coisa que ia surgindo a partir do momento que eles começaram a usar. A comunidade se desenvolve assim, de repente aquilo ali já era pouco para acompanhar o desenvolvimento da comunidade". (Entrevista. Julho, 1990)

Conclui-se que a participação na identificação do problema tem grande adesão da comunidade. Ela percebe e interpreta o problema, uma vez que a vontade de resolvê-los e a escolha de soluções é discutida entre os seus membros. As necessidades são colocadas em uma escala de prioridades, onde a primeira é o objetivo da ação e resulta do consenso entre os membros envolvidos.

Os meios, são processos coletivos. A participação na mobilização é percebida como necessária e somente possível com a adesão da maioria (70 a 80%). Tem-se assim que o produto final, nada mais é que a prática do associativismo.

5.2.4 O Posto de Saúde

Uma das preocupações mais antigas na comunidade era a reivindicação na área de saúde. A distância de 21 km entre a comunidade e a sede do município dificultava o atendimento dos moradores, principalmente nos casos de emergência. O Posto de Saúde foi a segunda obra a ser executada. Este posto, em 1990, era servido por uma equipe de médicos formada por especialistas em diversas áreas. Anexo ao posto foi construído um gabinete odontológico recentemente. A importância dessas obras está no atendimento aos moradores Cruz Alta e comunidades vizinhas que não possuíam este tipo de estrutura.

Na análise das informação sobre o posto, observou-se que a estratégia de ação em muito se identifica ao processo de formulação e execução do Centro Social. Entretanto, algumas características diferenciavam esta estratégia da adotada para a implantação do Centro Social.

A principal diferença é que a natureza da obra requeria apoio técnico para sua construção, e apoio institucional para a sua manutenção. Assim, instalação do Posto de Saúde representou de um lado a mobilização da comunidade e, de outro, apoio de diversas instituições públicas, notadamente EMATER, Prefeitura

Municipal e FUNDEC do Banco do Brasil.

A participação destes órgãos pode ser assim descrita: à EMATER coube, através do seu escritório local, o processo de conscientização (anterior à própria formulação desta obra), a orientação técnica, a interlocução entre comunidade e demais órgãos; à Prefeitura Municipal de Pouso Alegre coube o apoio na construção e ampliação do Posto, além da responsabilidade técnica e financeira pela manutenção dos profissionais; ao Fundo de Desenvolvimento de comunidade (FUNDEC) coube o financiamento à Comunidade para aquisição dos aparelhos que compõem o gabinete odontológico.

O processo de implantação do Posto de Saúde é ilustrado pelas declarações contidas nas próximas páginas.

"Foi através da EMATER. Saiu um plano de construção de cinco ou seis postos de saúde nos bairros, mas precisava da ajuda da comunidade que entrava com o prédio e eles mantinham. Começou com a festa do morango." (Entrevista. Julho, 1990)

"O posto médico nasceu primeiro que a Igreja. No começo fomos a Prefeitura Municipal para que ela mandasse contratar uma enfermeira para trabalhar diariamente. (...) O povo se interessou muito pelo posto de saúde, mesmo em reunião junto a EMATER, porque é difícil ir a Pouso Alegre, mas podendo fazer uma ocorrência aqui na roça fica mais fácil além de casos de emergência". (Entrevista. Julho, 1990)

Os meios, aqui entendidos como mobilização representaram a próxima fase, a qual, segundo os entrevistados,

teve uma ativa participação da comunidade. Os depoimentos relatam como isto aconteceu:

"Nós pedimos à EMATER e ela deu a planta e o esquema. Fomos fazendo leilão, pedimos ajuda à Prefeitura e fomos construindo". (Entrevista. Julho, 1990)

"Na época [participação] era bem animada. Tava começando a desenvolver o bairro [comunidade] até considero que havia mais interesse que hoje". (Entrevista, Julho, 1990)

"O trabalho lá era tudo grátis, assim o pedreiro ganhava, mas a comunidade pagava tudo através do mutirão. O prefeito nos ajudou sim, nem sempre com dinheiro vivo (...). Foi tudo mutirão. Agora, houve melhoramento da Prefeitura depois que ele foi fundado. Aí ele passou para a Secretaria de Saúde, aí a Prefeitura contratou a enfermeira, tudo pago pela Prefeitura". (Entrevista. Julho, 1990)

"Os pedreiros era muitas vezes assalariados, mas quem podia ajudar ajudava". (Entrevista. Julho, 1990)

Através destes relatos algumas conclusões podem ser retiradas. A primeira refere-se à mobilização da comunidade, sendo que rifas, festas, bingos e solicitações à órgãos públicos foram os principais meios de arrecadação de recursos para a construção do Posto. A segunda refere-se à construção do Posto de Saúde, onde o trabalho assalariado (contratação de pedreiros pagos pela comunidade) e a organização do mutirão foram instrumentos comuns.

Os resultados e a avaliação são os próximos itens de análise. Observou-se que os resultados da obra e da participação foram fatores positivos para a comunidade, como expõe alguns

entrevistados:

"Quando da inauguração do Posto de Saúde a comunidade ficava contente, gostavam do serviço que foi feito". (Entrevista. Julho, 1990)

"Foi bom para o bairro e acredito que foi comunidade e EMATER". (Entrevista. Julho, 1990)

A avaliação apresentou-se rica em depoimento, os quais demonstraram a consciência da comunidade sobre a importância de participar e de ser o sujeito das ações desenvolvidas. Assim, houve um alto grau de solidariedade entre os moradores de Cruz Alta, e destes com as comunidades vizinhas. Tal situação é ilustrada por três depoimentos.

O primeiro refere-se ao nível interno da comunidade. Através deste relato, o entrevistado apresenta a noção "de sujeito das ações desenvolvidas" que membros possuíam, bem como o "papel ativo" que desempenharam na formulação do projeto de ação:

"Quando terminou a primeira etapa do Posto de Saúde ele funcionava na sede, aí a própria comunidade percebeu, era uma sala, não tinha médico. Mas porque não tem médico? Então era aquele negócio. Ah, tem um Posto de Saúde (...) era isto que estava traçado, mas assim? Não, mas será que está bom o Posto de

Saúde assim? Surgiu assim, não tem jeito de falar. Oh! se a gente tentasse trazer um médico, aí ampliou o Posto. Se você vier em um dia de semana verá que temos gabinete dentário, que não estava no projeto, é uma coisa de custeio alto, muito sofisticada, de repente surgiu uma verba, vamos fazer então? Vamos, foi uma coisa que não estava no nosso projeto". (Entrevista. Julho, 1990)

Neste nível, o entrevistado expõe que a obra foi feita em etapas, e que estas etapas visam sucessivamente o aperfeiçoamento do próprio serviço oferecido. No relato do entrevistado, a primeira reivindicação foi a contratação de uma enfermeira. O próximo passo representou ter no posto um médico e no estágio atual, ao conseguir esta reivindicação, tornou-se necessária a aquisição de um gabinete odontológico que, embora não estando previsto no projeto inicial, passou a ser uma necessidade.

O segundo depoimento refere-se a articulação comunidade de Cruz Alta com comunidades vizinhas onde é apresentado o significado da união, envolvendo grupos de comunidades distintas:

"A importância foi avaliada. A gente avalia muito o atendimento do povo, porque Algodão, Massaranduba [comunidades] não tem. Eles são socorridos em nossa comunidade. Eles são acolhidos aqui. O povo carente que mora em Massaranduba e necessita de um atendimento de dentista ou médico é tudo atendido aqui. Isto aí é uma parte de união,

quer dizer, é uma comunidade tem a sua entidade, mas não é só dela, vem gente de outras comunidades, até de fora do município". (Entrevista. Julho, 1990)

O terceiro depoimento refere-se ao modo como um dos entrevistados entendeu as obras do Posto Médico, relacionando-o com a existência de uma atividade comercial no aperfeiçoamento das estruturas sociais e dos serviços prestados:

"Eu acho que a cultura [morango] influenciou muito. Eu acho que o trabalho comunitário a gente se reunia mais, conversa mais, trocava mais idéia e lógico a situação econômica. Se de repente é uma comunidade que tá ali, ela está estática no tempo. Cruz Alta cultivava arroz, feijão e milho, eu acredito que o desenvolvimento dela seria um postinho de saúde, um médico. Agora, aqui nós temos um ginecologista, um clínico geral, um pediatra. Eu penso que não adianta construir uma escola de paraquedismo (...), num, sabe? Eu acho que tudo acompanha, se começou a desenvolver é porque a comunidade sentiu, ninguém vai fazer uma coisa que não é útil a ela". (Entrevista. Julho, 1990)

A evolução desta comunidade e a própria consciência da importância de um produto comercial são pontos que marcam o último depoimento. Ao praticarem uma cultura comercial, suas necessidades ampliaram: entende-se que se as culturas fossem de "subsistência" (arroz, feijão) provavelmente os produtores teriam, como a entrevistada expõe, um "postinho". A importância deste depoimento é demonstrar o espírito crítico de uma consciência que instrumenta em suas ações a situação de sujeito, situação necessária para o domínio e exercício do processo participativo.

5.2.5 Conclusões Sobre a Estratégia de Ação, as Obras Comunitárias

Busca-se, nesta seção, esquematizar as análises realizadas, tendo com referência o modelo proposto. Procurou-se, identificar os níveis de interação entre agricultores e extensionistas na identificação do problema, na escolha da solução, na definição do objetivo, nos meios escolhidos e empregados e na apropriação dos resultados os esquemas e os comentários a seguir ilustram este processo.

	Centro Social	Área de Saúde Posto Médico
Percepção	Alto nível de participação dos agricultores, com a participação mínima dos extensionistas.	Alto nível de participação dos agricultores com participação dos extensionistas
Interpretação	O nível permanece o mesmo, onde a necessidade de resolução deste problema é interpretado à luz dos outros problemas.	Necessidade do auxílio dos extensionistas na compreensão do problema. Nível alto tanto de agricultores como extensionistas
Vontade de resolver	Grande disposição por parte dos agricultores, com diversas reuniões entre eles e as extensionistas.	Grande expectativa por parte dos agricultores, os quais possuíam disposição para superar o problema, mas não detinham total conhecimento de como superá-lo.
Solução	A solução é definida pelos agricultores, cabe aos extensionistas dar o apoio.	Necessidade de um planejamento técnico, cabe a comunidade dar o apoio. A participação aqui é

		alta tanto do extensionistas, quanto da comunidade.
Objetivos	Repete-se a fase anterior.	Definidos em comum entre extensionistas e comunidade.
Meios - escolha	Definida basicamente pelos agricultores, que assumem e se comprometem a selecionar os meios necessários para a superação do problema, com o acompanhamento de extensionistas e apoio de órgãos públicos. A participação alta dos agricultores.	Coube à comunidade o papel de construir o Posto. Aos órgãos públicos, orientação técnica e apoio material para a construção. A definição dos meios, parte tanto de extensionistas como da comunidade.
Emprego	Ocorre processo idêntico à fase de escolha.	Distingue-se, aqui, a separação entre o emprego e o conhecimento técnico. Porém tanto extensionistas quanto agricultores participam de forma semelhante.
Resultado	Apropriação total por parte dos agricultores e comunidade.	Apropriação da obra não apenas da comunidade local mas, também, de comunidades vizinhas.

A partir das conclusões obtidas, transpõem-se graficamente para o quadro de análise (Figuras 10, 11 e 12) os níveis de interação da participação. A Figura 10 apresenta a estratégia do centro social, a Figura 11 apresenta a estratégia do Posto de Saúde e a Figura 12 expõe a combinação das análises anteriores (Figura 10 e 11) de onde são extraídas as conclusões.

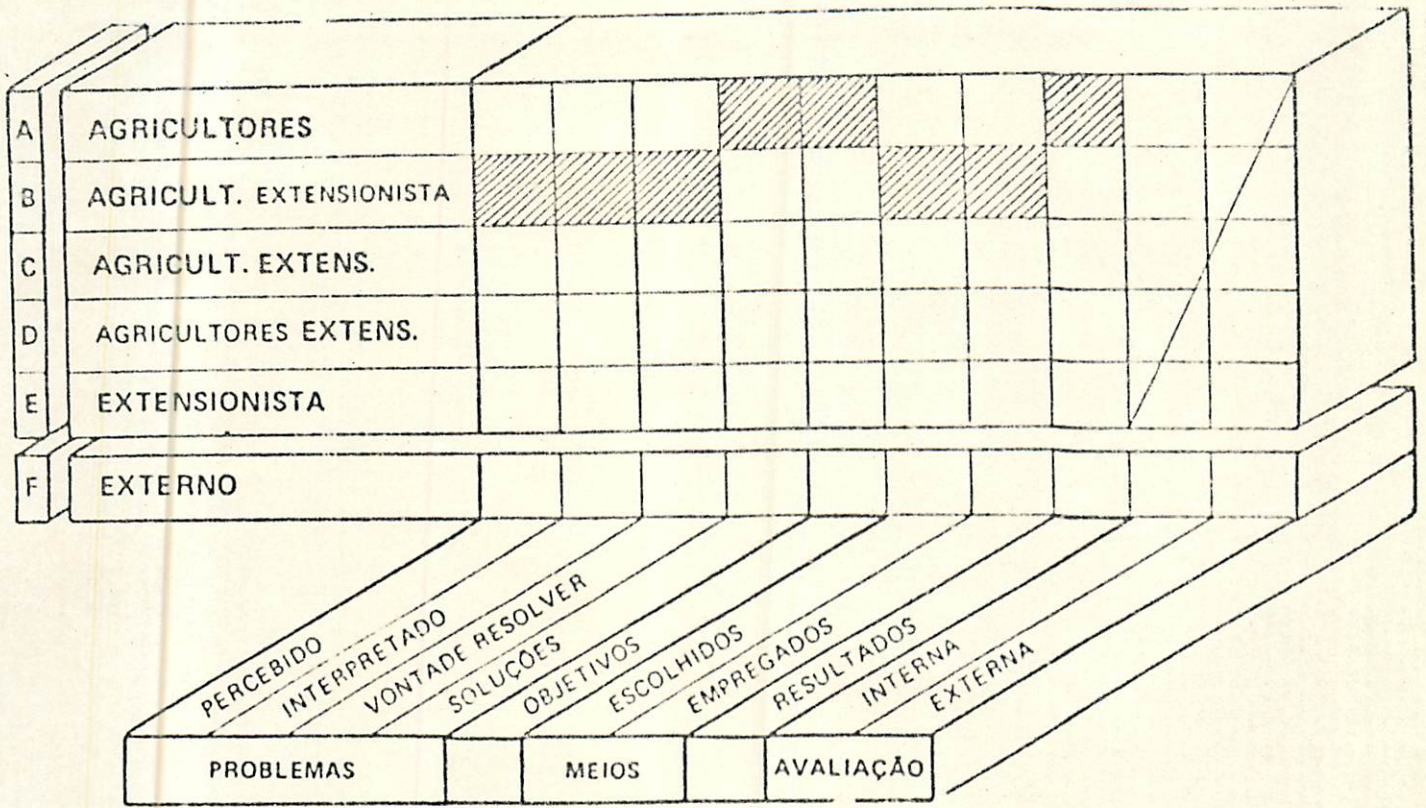


FIGURA 10 - Estratégia de ação: o centro social

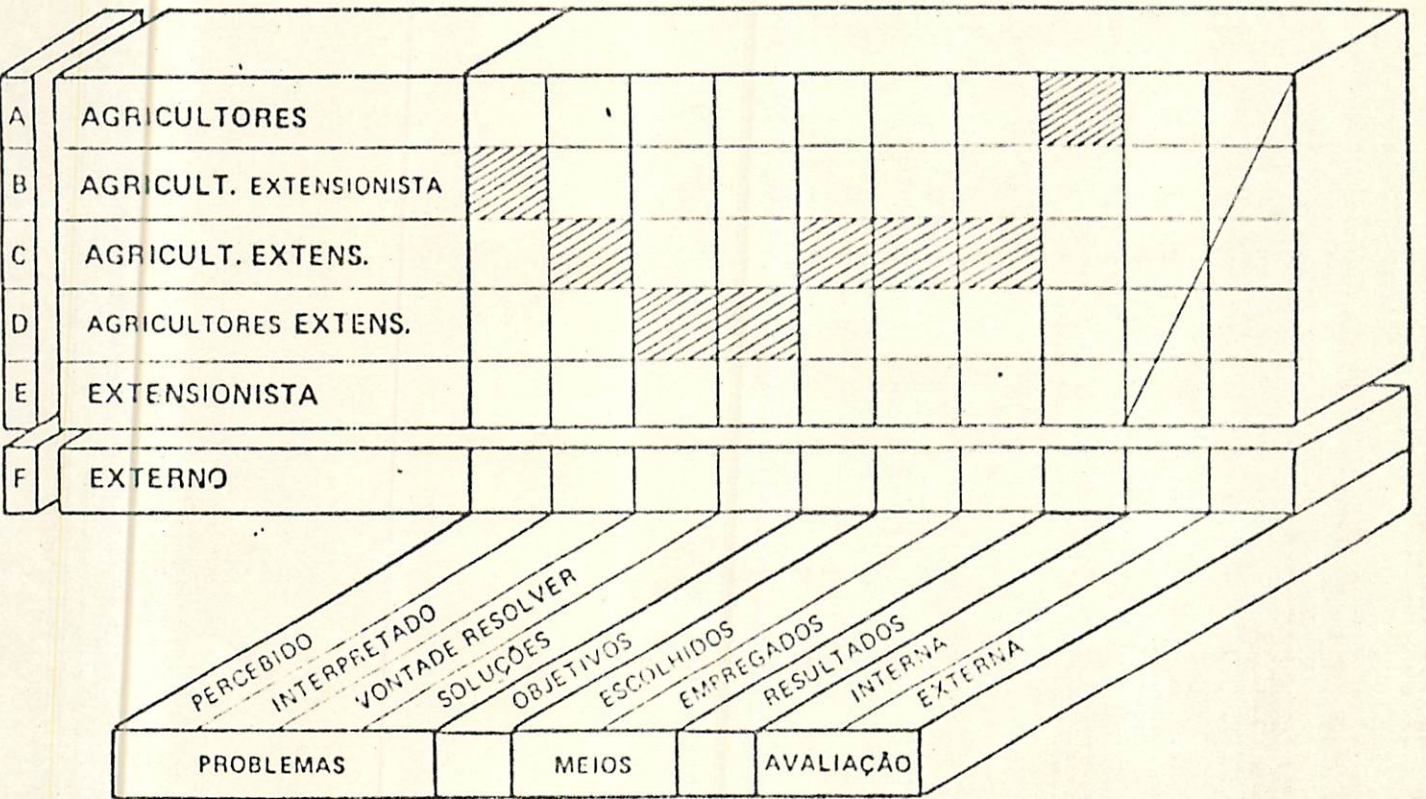


FIGURA 11 - Estratégia de ação: o posto de saúde

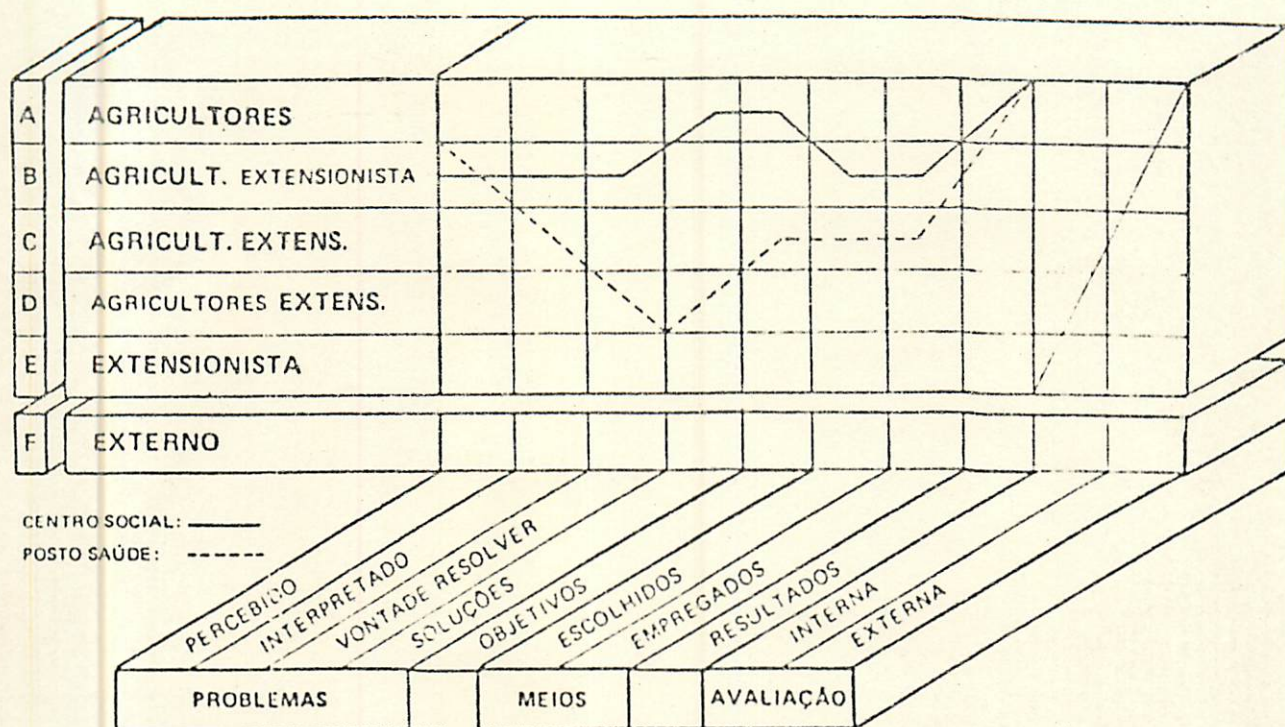


FIGURA 12 Combinação das estratégias: o centro social com o posto de saúde

Observou-se que a participação comunitária possui limites ou área para atuação. A figura 10 apresenta uma obra com um alto nível de participação em todos os seus processos. Já a Figura 11 apresenta uma obra com um bom nível de participação dos agricultores e uma participação marcante dos extensionistas. A conclusão que pode ser extraída é que quanto mais complexa forem ações, maior é a necessidade de orientação técnica, maior será a participação do extensionista, fato que ocorre no Posto de Saúde. Quanto a construção do Centro Social, observa-se na Figura 10 que são os agricultores os maiores participantes no processo de construção.

A avaliação da participação nas obras comunitárias demonstra que os membros da comunidade de Cruz Alta possuem consciência de suas ações e que estas ações, embora espontâneas, são, antes de tudo, parte de um projeto da comunidade, o qual visa superar os problemas e as necessidades nela existentes. Conclui-se que, embora não existindo um planejamento formal, os membros planejam suas ações ao discutir, definir e avaliar um problema. A decisão do plano é um processo criterioso que se dá pela seleção e definição dos problemas, obedecendo uma ordem de prioridade.

O planejamento é também apreendido nas ações da comunidade, através das suas dimensões racional, valorativa, política e tecno-burocrática: é através da dimensão racional que ele se organiza e busca meios para superar os problemas; é através da dimensão valorativa com a solução de um problema que a comunidade aumenta sua eficácia controladora sobre decisões e ações; é através da dimensão tecno-burocrática que ela, cria estruturas para coordenar os esforços, os recursos, os canais de comunicação entre estas estruturas e os agentes externos, além de avaliar as suas ações.

5.3 Comparações entre as estratégias de ação no programa e na comunidade

Esta seção tem por objetivo sintetizar e comparar as estratégias do Programa de Microbacia com as das obras comunitárias, apresentando os níveis de interações encontrados entre elas (Figura 13).

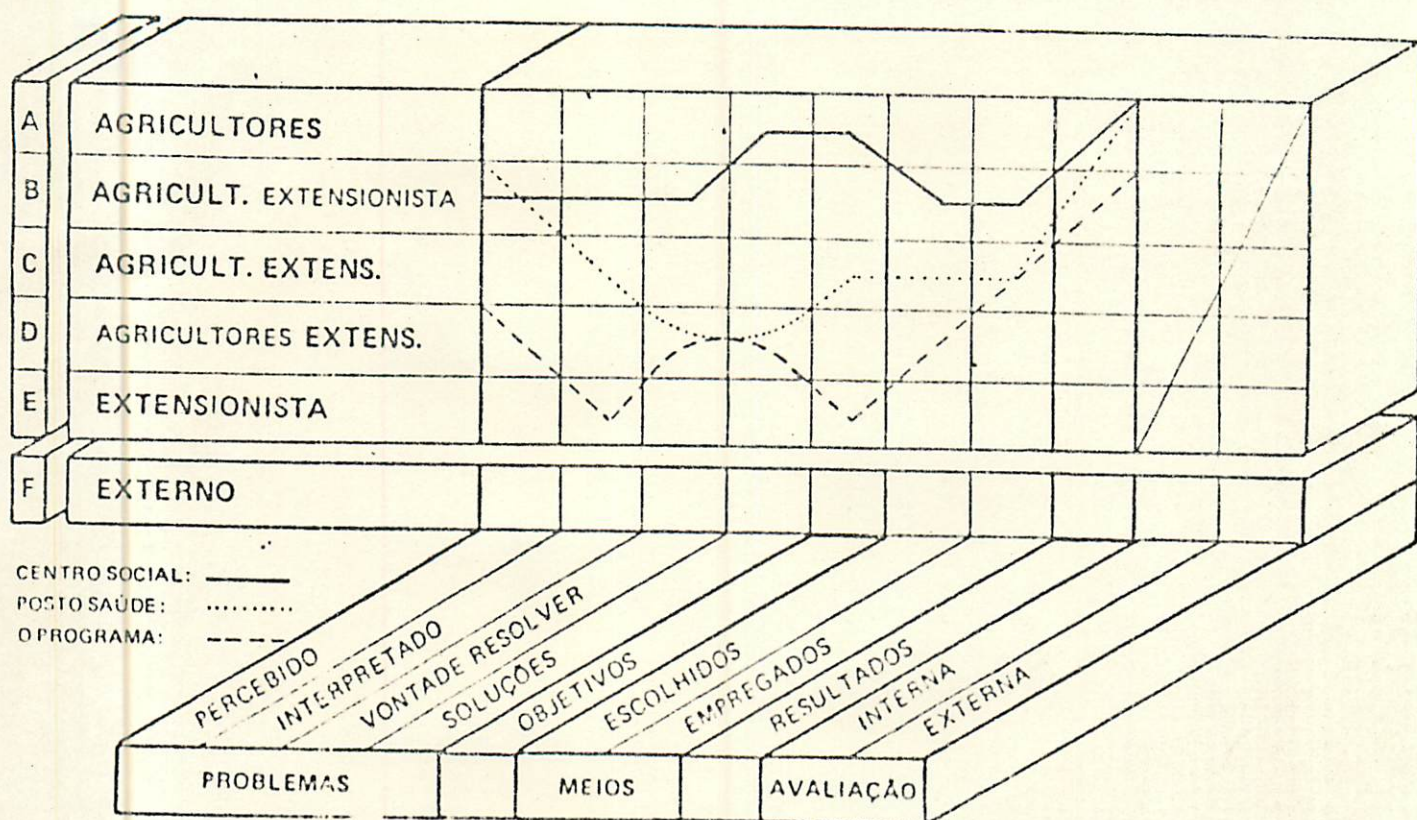


FIGURA 13 Comparação das estratégias de ação programa de microbacias/obras comunitárias

Comparando-se estas estratégias, observa-se que nas obras comunitárias existia alta participação dos agricultores, uma vez que os problemas vivenciados faziam parte do cotidiano de cada membro da comunidade. Nas obras do Programa de Microbacia, o problema não era entendido em toda sua dimensão, pois não estava totalmente incorporado ao cotidiano do agricultor, o que acarretou sua menor participação. Assim, embora fossem elaboradas soluções e objetivos em ambas estratégias (comunitária e PMMH), a natureza de suas origens (internas ou externas envolviam ou afastavam os agricultores. No Programa, esta natureza foi externa representada pelas técnicas empregadas em Microbacias, o que reduziu em muito a participação dos

agricultores. Nas obras comunitárias a participação foi alta e este nível pode ser explicado pela origem da estratégia, interna ao grupo. A mesma situação verifica-se na definição dos objetivos e escolha dos meios. Nas fases de emprego e resultados, existe um melhor nível de participação dos agricultores em ambas estratégias (Figura 13).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi orientado tendo em vista responder duas questões levantadas.

A primeira refere-se à possibilidade de compatibilizar interesses de segmentos sociais heterogêneos que, por ventura, existissem na microbacia e na comunidade, caso a área de abrangência da comunidade fosse superior à área da microbacia. Com relação a esta questão, os dados coletados mostraram que:

a) a distribuição fundiária que era de certa forma homogênea tanto na comunidade quanto no perímetro da microbacia (seção 4.3).

b) a maioria dos produtores desenvolviam culturas comerciais (seção 4.3) que demandavam técnicas semelhantes. Deste modo, os problemas e as vantagens oriundas dessas culturas eram comuns entre os agricultores.

Assim, concluiu-se que existia uma homogeneidade social e de interesses entre os agricultores membros da comunidade e da microbacia.

A questão seguinte refere-se à possibilidade de dar tratamento participativo a um Programa Institucional que vem com metas, cronogramas e delimitação geográfica estabelecidas a priori. Com relação a esta questão, observou-se que, em Cruz Alta, ocorreu um desenvolvimento fundamentado na conscientização e mobilização dos agricultores com o apoio de diversos órgãos. Quanto a este desenvolvimento, o mesmo pode ser desdobrado em duas fases.

A primeira e mais antiga, refere-se às ações que tinham como objetivo a superação dos problemas existentes na comunidade. Esta fase caracterizou-se pela adesão e o envolvimento de ampla maioria (70 a 80%) dos membros de Cruz Alta. Conforme às análises da seção 5.2, as estratégias de ação, resultaram-se de um processo de interação participativa, entre membros de Cruz Alta e extensionistas.

A segunda, mais recente, corresponde ao Programa Municipal de Microbacia. Neste, as ações tinham como objetivo superar os problemas existentes na área de abrangência do Programa. Observou-se que a área de ação era a microbacia e que ela não abrangia toda comunidade, dividindo os agricultores de Cruz Alta em dois grupos: agricultores residentes na Microbacia e atendido pelo Programa e agricultores residentes na comunidade porém excluído. Conforme a análise da seção 5.1, esta separação, aliada à natureza externa do Programa, em muito dificultou a prática de uma proposta participativa. Dessa forma, concluiu-se que não foi possível dar tratamento participativo em todas as fases do Programa.

A natureza das obras, as metas e os meios a serem empregados foram obstáculos para este tipo de planejamento, conforme foi observado na seção 5.3.

É importante salientar que em algumas fases a interação entre agricultores e extensionistas foi possível e necessária. Entretanto, foi na origem das obras do Programa que se definiu as formas em que participariam agricultores e extensionistas. Assim, pode-se concluir que um programa planejado e dirigido por instituições externas à comunidade dificilmente permitirá uma alta participação de agricultores, principalmente quando técnicas e conhecimento não forem de seu domínio destes.

Finalizando, em Cruz Alta houve um envolvimento ativo dos agricultores nas diversas ações realizadas, principalmente aquelas direcionadas para a área social. As ações direcionadas à área econômica nem sempre obtiveram uma ampla participação dos agricultores, devido a desinformação, o desconhecimento e o medo de perderem a autonomia sobre suas ações. Tais considerações mostram a importância de novos estudos que se orientam para um melhor conhecimento sobre a organização de produtores, sistemas de produção e comercialização e formas de intervenção na realidade rural.

7. RESUMO

Este estudo foi conduzido na comunidade de Cruz Alta, localizada no sul do estado de Minas Gerais, tendo como objetivo: a) reconstituir e descrever o desenvolvimento social e econômico ocorrido nesta comunidade; b) analisar a possibilidade de compatibilizar interesses dos diversos segmentos sociais, que por acaso poderiam existir na comunidade; c) analisar o programa Municipal de Microbacias Hidrográficas do Córrego da Estiva, fundamentado na proposta participativa.

Para que este estudo fosse realizado, utilizou-se técnicas qualitativas (observações e entrevistas de profundidade). O referencial teórico empregado na análise fundamentou-se nos conceitos de Planejamento, Participação e Planejamento Participativo. A partir dos fundamentos teóricos, foi formulado um modelo de análise com o propósito de interpretar as interações entre membros da comunidade, (denominados "agricultores") e membros de diversos órgãos envolvidos

(denominados "extensionistas").

Após as análises chegou-se às seguintes conclusões: a comunidade possuía um alto grau de desenvolvimento social e econômico; os agricultores apresentavam um padrão econômico-social homogêneo, o que possibilitou a compatibilização de interesses entre membros do grupo. Observou-se, também, a impossibilidade de dar tratamento participativo ao Programa Municipal de Microbacias preconizavam as instituições promotoras.

8 - SUMMARY

This study was carried out in "Cruz Alta" community, place in Southem Minas Gerais, Brazil. Its major objectives were: a) reconstruct and describe the social and economic development chich took place in this during past two decade community; b) analyse the possibility of compatibilizing various social groups benefits that could exist in this community; c) analyse the Municipal programme of the "Microbacia Hidrográfica do Corrêgo da Estiva" and its proposed participating appouche.

In order to achives there objectives, the following quality data collection techniques reference applied in this analysis was related to the concept of "Planning", "Participation" and participating Mangement". From this theoretical basises, an analysis pattern was formulated with the pupose of interpreting the interactions among the members of the community (called "agricultural producers") and members of different governament departaments involved in the? programmes (called "extension workers").

The main conclusions of this study were as follows: the community of ruz Alta had a high level of social economic development; agricultural producers showed homogeneous social-economic standard, what made possible the compatibility of interests among group members. It was also observed the impossibility of giving participating treatment to the "Municipal Microbacias Programme" as it was commanded publicity by the institutions which promoted it.

9. NOTAS

- 1 - Para discussão mais detalhada, ver: LESSA, C. 15 Anos de Políticas Econômica. 2 ed., São Paulo, Brasiliense, 1981, 173p.
- 2 - Para discussão mais detalhada, ver: PRATES, A.A.P. & ANDRADE, L.A.G, Notas sobre o modelo de planejamento participativo: O Caso de Minas Gerais. in Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro. 19(2): 132-152, abr/jun.1985.
- 3 - Os relatórios finais do MG-II(1989), dos PDRI's não alertam quanto as vantagens e dificuldades quanto a utilização deste tipo de planejamento. Assim, a metodologia do PEMH-MG é ainda uma prática exploratória, enquanto objetivo de intervenção na realidade rural.
- 4 - As informações sobre o Programa de Microbacias Hidrográficas foram extraídas dos informes:
BRASIL. Ministério da Agricultura. Comissão Nacional de Coordenação do PNMH. (1987).
_____. Ministério da Agricultura. Informativo (01)abr/mai 1983
- 5 - Os estados americanos atingidos pelo programa foram: Carolina do Norte, Virgínia, Geórgia, Alabama, Missisipi, Kentucky e Tennessee.
- 6 - Embora a preocupação desse estudo seja as águas e o seu gerenciamento, o solo é percebido de forma indireta por constituir parte do ambiente por ele estudado.
- 7 - Embora seja enfatizada uma sociedade urbana-industrial, a evolução do meio rural e a sua gradativa integração ao meio urbano faz com que, na visão deste trabalho, não exista dicotomia entre estas duas sociedades.
- 8 - O PNRH não se incorpora ao PNMH, porém a sua importância é

relevante quanto ao uso racional e a preservação das águas para este trabalho, principalmente quanto ao manejo de microbacias.

- 9 - As informações foram retiradas:
Minas Gerais, Secretaria de estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Programa Estadual de Microbacias. sd. Belo Horizonte, Comissão Executiva de Microbacias, 1988, 19p.
- 10- MACHADO (1987), em sua análise sobre a experiência do DAC (Divisão de Assistência Comunitária), no assentamento de agricultores na borda do lago de São Francisco, observou que na medida em que este órgão promoveu uma prática participativa, no planejamento, entrou em choque com as diretrizes da própria SUDENE, acarretando assim a sua extinção. A autor entende que a concepção do Planejamento Participativo não superou o paradigma de um sistema integrado e equilibrado que incorpora demandas sociais, diante das exigências de organismos internacionais de fomento, que financiavam este projeto.
- 11- É através de estudos desenvolvidos por diversos funcionários deste órgão que foi possível lançar as bases deste modelo de análise. Destaca-se entre os estudos, os trabalhos e reflexões de Benito Marangon
- 12- A firma em questão representa uma das principais compradoras da produção do morango na região, sendo que a mesma através deste senhor contribuiu em muito para o atual estágio de desenvolvimento dessa cultura nesta região. Possui atualmente uma estreita relação com os produtores, funcionando mesmo como financiadora para gastos com a cultura e diversos, além de ser fornecedora ou adiantar os insumos necessários para a produção.
- 13- Na literatura sobre o tema da pequena produção, diversos autores entendem que a pequena produção tende ou ao empobrecimento, ou a sua integração aos complexos agro-industriais, o que não ocorre exatamente aqui. Maiores informações ver LOUREIRO (1987).
- 14- As principais culturas desenvolvidas na região visam a comercialização (cultura do morango, do alho, olerícolas em geral e batata).
- 15- A autonomia relativa assenta-se em dois fatores. O primeiro é que a demanda da produção de morango tende a ser superior a oferta, o que confere ao produtor, teoricamente, uma autonomia referente ao preço na comercialização. O segundo ponto é que estes produtores são dependentes, em sua maioria, de insumos e créditos fornecidos, geralmente, por atacadista, daí o caráter relativo da autonomia.
- 16- O termo mascate na região designa os comerciantes que agem ao

mesmo tempo como atacadistas e varejistas. Possuem transportes próprios comprando o produto com fins de comercializar nas cidades vizinhas ou em outros estados.

- 17- Segundo levantamento feito pelo escritório local da EMATER de Pouso Alegre, a Renda Bruta por hectare na comunidade em 1990 foi de CR\$3.000.000,00, com um custo de CR\$1.000.000,00, o que propiciou uma renda líquida sem descontar a remuneração da força de trabalho de Cr\$2.000.000,00.
- 18- Observou-se que, em sua quase totalidade, as propriedades possuem conjunto de irrigação que é usado principalmente nas culturas do morango, alho e batata, entre outras
- 19- A proporcionalidade dos ganhos entre as partes, podem variar. No entanto, segundo informações de alguns agricultores, a prática mais comum é a divisão dos ganhos em partes iguais. O cultivo do morango é feito no período de março a setembro. O mês de março é destinado a preparação das mudas e tratos sobre a terra; já os meses entre abril a junho... e os restantes (agosto-setembro) correspondem aos períodos de colheita do morango.
- 20- O escritório da EMATER de P.Alegre forneceu os seguintes dados sobre o alho: A Renda Bruta auferida por hectare é de 1,8 milhões de cruzeiros; custo de produção no valor de CR\$400 mil, tendo uma Renda líquida no valor de CR\$1.400.000,00 sem descontar o custo e mão-de-obra.
- 21- A BATATA, segundo informações do Escritório local da EMATER-P.Alegre, tem uma Renda Bruta no valor de CR\$640.000,00, um custo de produção no valor de CR\$360.000,00 e Renda Líquida no valor de CR\$260.000,00.
- 22- Muitas das obras relatadas pelos membros da comunidade só foram possíveis devido ao trabalho desenvolvido pela técnica de bem estar social da EMATER de P.Alegre. Esta pessoa acompanha a comunidade há mais de 15 anos, sendo mesmo considerada como um membro da comunidade, participando em quase todas as obras.
- 23- Nos últimos quatro anos, assistiu-se no Estado de Minas Gerais ao desmantelamento de diversos órgãos públicos. As causas deste processo são várias como a questão salarial, falta de verbas, redefinição dos papéis destes órgãos, entre outras. A Fundação Rural Mineira -RURALMINAS foi um dos órgãos mais afetados, atingindo mesmo a equipe que participou ativamente no programa. Assim, o levantamento de dados quanto ao real papel deste órgão só foi possível junto àqueles atendidos pelo Programa.

10 -REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 - ALENCAR, E. Intervenção tutorial ou participativa: dois enfoques da extensão. Cadernos de Administração Rural, Lavras, 2(1):23-43, jan./jun.1990.
- 2 - _____ & MOURA FILHO, A. Caracterização sócio-econômica de unidades de produção, Lavras, s.ed., 1988. 27p. (Mimeografado).
- 3 - AMMAN, S.B. Considerações críticas sobre o conceito de participação. Brasília, SEPLAN/IPEA-CENDEC, 1977. p.53-61.
- 4 - ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL-1982. Rio de Janeiro, IBGE, V.43, 1982.
- 5 - BAPTISTA, M.V. Planejamento: introdução à metodologia do planejamento social. 4.ed. São Paulo, Moraes, 1981. 109p.
- 6 - BRASIL. Ministério da Agricultura. Secretaria Nacional de Produção Agropecuária. Legislação sobre conservação do solo. Brasília, 1983.

- 7 - BRASIL. Ministério da Agricultura. Secretaria Nacional de Produção Agropecuária. Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas. Brasília, CNC, 1987. 60p. (Manual operativo).
- 8 - BORDENAVE, J.D. & CARVALHO, H.M. Q que é participação. São Paulo, Brasiliense, 1987. 47p.
- 9 - BRUYNE, P., org. Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: polos de práticas metodológicas. 3.ed. Rio de Janeiro, F. Alves, s.d. 252p.
- 10 - CRUZ, L. Desenvolvimento rural e participação. Revista de Economia Rural, Brasília, 25(4):467-81, out./dez. 1987.
- 11 - DEMO, P. Participação é conquista: noções de política social participativa. Fortaleza, EUFC, 1987. 137p.
- 12 - FERREIRA, F.W. Planejamento participativo: possível ou necessário? Revista de Educação AEC, Brasília, (54): 5-11, 1984.
- 13 - FREIRE, P. Extensão ou comunicação? 3.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975. 93p.
- 14 - HADDAD, P.R. Aspectos da factibilidade do planejamento estadual no Brasil. In: CINTRA, A.O. & HADDADA, P.R. Dilemas do planejamento urbano e regional no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar, 1978. p.142-56.
- 15 - LOUREIRO, M.R.G. Terra, família e capital. Petrópolis, Vozes, 1987. 182p.
- 16 - MACHADO E. P., coord. Poder e participação política no campo. São Paulo, HUCITEC, 1987. 152p.

- 17 - MINAS GERAIS. Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Pecuária. Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas. Belo Horizonte, SPC/SEAPA, 1988. 26p.
- 18 - OAKLEY, P. Obstacles and approaches to participation in rural development. Geneva, International Labour Office, 1982. 88p.
- 19 - PRATES, A.A.P. & ANDRADE, L.A.G. Notas sobre o modelo de planejamento participativo: o caso de Minas Gerais. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, 19(2): 132-52, abr./jun. 1985.
- 20 - RAMOS, G. A redução sociológica: introdução ao estudo da razão sociológica. Rio de Janeiro, ISEB, 1958. 169p.
- 21 - SCMERCSANY, T.O. Planejamento da agroindústria canavieira do Brasil; (1930-1975). São Paulo, HUCITEC, 1979. p.3-37
- 22 - TRIVINÕS, N.S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: à pesquisa qualitativo em educação. São Paulo. Atlas, 1987. 175p.
- 24 - YASSUDA, E.R. O gerenciamento de bacias hidrográficas. Cadernos FUNDAP. São Paulo, 2(16):46-53, jun. 1989.